



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO MÚNICIPIO DE NOVA IGUAÇU - RJ SOBRE A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS PARA INGRESSO NO SETOR PÚBLICO

Kleber Luiz Alves dos Santos Gonzaga

SEROPÉDICA

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO MÚNICPIO DE
NOVA IGUAÇU - RJ SOBRE A POLITICA DE COTAS RACIAIS PARA INGRESSO
NO SETOR PÚBLICO**

KLEBER LUIZ ALVES DOS SANTOS GONZAGA

Sob a Orientação do Professor
Dr Denis Giovani Monteiro Naiff

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Seropédica, RJ
2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

63r GONZAGA, KLEBER LUIZ ALVES DOS SANTOS, 16/07/1989-
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO
MÚNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU - RJ SOBRE A POLITICA DE
COTAS RACIAIS PARA INGRESSO NO SETOR PÚBLICO / KLEBER
LUIZ ALVES DOS SANTOS GONZAGA. - 2017.
83 f.

Orientador: DENIS MONTEIRO NAIFF.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PPGPSI, 2017.

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS . 2. AÇÕES AFIRMATIVAS. 3.
COTAS RACIAIS. I. MONTEIRO NAIFF, DENIS, 1971-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PPGPSI III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

KLEBER LUIZ ALVES DOS SANTOS GONZAGA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, área de Concentração: Processos Psicossociais e Coletivos.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31/01/2018

Banca examinadora:

Prof Dr Denis Giovani Monteiro Naiff

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
(Orientador)

Profª Drª Luciene Alves Miguez Naiff

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Prof Dr Antonio Reguete Monteiro de Souza

Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO

Dedico esse trabalho à todos aqueles que de alguma maneira lutaram para modificar sua realidade e o mundo a sua volta, lutando por uma sociedade mais justa e igualitária .

AGRADECIMENTOS

A minha família, por ter me dado todo apoio e incentivo para que eu conseguisse chegar a conclusão dessa etapa importante de minha vida.

A meus Pais especialmente, pela contribuição na minha formação como profissional, pesquisador e principalmente como ser humano.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRRJ, pelos aprendizados e pela dedicação ao curso.

Aos meus amigos que entenderam minhas ausências e me apoiaram desde que anunciei minha aprovação para iniciar os estudos do programa de mestrado.

A um amigo especial Jorg Lenearts (in memoriam), que sempre me incentivou no decorrer do curso e da escrita da dissertação, mas que precisou seguir seu caminho antes que eu concluísse este trabalho.

Aos colegas do curso de Mestrado Pelas valiosas trocas e afetos

A minha orientadora da Graduação Lurdes Perez Oberg, por ter me introduzidos aos estudos da psicologia social, mais precisamente na teoria das Representações Sociais

Ao orientador deste trabalho, Denis Naiff pela confiança em me escolher como seu orientando, pelas aulas e por construir junto comigo esta dissertação.

A todos que de alguma forma contribuíram com este trabalho, desde pessoas com quem conversei nos movimentos sociais, no meu local de trabalho, nas redes sociais, as pessoas que aceitaram participar das entrevistas, deixo aqui meu muito obrigado.

"A História e toda a dor que ela
carrega, não pode ser desvvida, mas
se encarada com coragem, não
precisa ser vivida de novo"

Maya Angelou

RESUMO

Gonzaga, Kleber L. A S. **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO MÚNICIPIO DE NOVA IGUAÇU - RJ SOBRE A POLITICA DE COTAS RACIAIS PARA INGRESSO NO SETOR PÚBLICO**

Instituto de Psicologia, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017

As Ações afirmativas são políticas públicas, que tem por objetivo a garantia de igualdade de oportunidades entre os cidadãos. No Brasil a principal ação afirmativa utilizada pelo Estado é o sistema de cotas, afim de diminuir as desigualdades existentes entre brancos, negros e indígenas, visto que, esses últimos sempre tiveram seu acesso aos melhores postos de trabalho e estudos historicamente negados. As discussões sobre o sistema de cotas raciais geram polêmica sempre que proposto, visto a gama de fatores que tal tema envolve, por isso demonstrou-se um objeto vasto para uma investigação em psicologia social, mais precisamente com o auxílio da teoria das Representações Sociais proposta por Serge Moscovici, o autor define que as representações sociais são um conglomerado de ideias, metáforas e imagens sociais que mais fluidos que as teorias científicas, sendo então um sistema de valores, ideias e práticas que possuem a função de simbolizar o mundo ajudando os sujeitos na sua compreensão e apresentando o que é considerado socialmente correto ou não por determinado grupo. O objetivo do presente trabalho foi identificar representações sociais acerca do sistema de cotas raciais para ingresso no serviço público Municipal na Cidade de Nova Iguaçu – RJ, a partir do discurso de 101 servidores Públicos Municipais das mais diversas áreas. Foram utilizadas entrevistas com tarefas de evocação livre e questões abertas. Os resultados apontam para fortes argumentos contra e a favor da implementação da política de cotas raciais.

Palavras-chave: 1. Representações sociais; 2. ações afirmativas; 3. Cotas raciais

ABSTRACT

Gonzaga, Kleber L. A S. **SOCIAL REPRESENTATION ABOUT THE RACIAL QUOTA ON APPLICATIONS FOR CIVIL SERVICE WORK.**

Instituto de Psicologia, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017

Affirmative Actions is a public policy intended to ensure equal opportunity between citizens. In Brazil, The racial quota system is the main form of affirmative action used by government departments attempting to reduce inequality between white, black and indigenous people, as historically, The former two groups have consistently been denied the opportunity of access to higher education and government jobs. The racial quota system is a complex, hotly debated topic that is often rejected when implemented, due to its wide range of issues and implications. As such, it shows promise as a field of social psychology studies, specially under the Social Representations Theory by Serge Moscovici. The author defines the concept of Social Representation as a collection of ideas, metaphors and social definitions That cannot be as definitive as a scientific theory, being more accurately described as a system of values, ideas and actions intended to help the individual to properly identify and comprehend what each groups define as the correct social norm and regulations. The purpose of this essay is to identify the social representation in the racial quotas on the appliances for Nova Iguaçu City's civil service, using open questions interviews with 101 civil service workers from several different departments. The conclusion suggests that there are strong arguments in favor and against racial quota implementation policies.

Palavras-chave: 1. Social Representations; 2. Affirmative Actions; 3. Racial quota

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1: Relações Raciais no Brasil	16
1.1 Relações raciais no Mundo do Trabalho	22
Capítulo 2: Ações Afirmativas	25
2.1 Histórico das ações afirmativas	26
2.2 Ações afirmativas no Brasil	27
Capítulo 3: A teoria das Representações Sociais	32
3.1 Histórico	32
3.2 Definições	33
3.3 Funções das Representações Sociais	36
3.4 Objetivação e ancoragem	37
3.5 Atualidade das Representações Sociais	40
3.6 A investigação em Representações Sociais	43
3.7 Abordagem estrutural das representações Sociais	44
3.7.1 Núcleo Central e Periférico	45
Capítulo 4. Método	49
4.1 Participantes	49
4.2 Amostra	50

4.3 Procedimentos e instrumento de coleta de dados	52
4.4 Análise de dados	53
Capítulo 5. Resultados	55
5.1 Análise dos quadrantes	52
5.2 Análise das questões abertas	59
Considerações finais	62
Referências Bibliográficas	70
APÊNDICE	75

INTRODUÇÃO

No Brasil há mais negros que brancos. Essa informação é facilmente demonstrada no censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número de sujeitos que se definiram como negros e pardos superou os de quem se declarava como branco: 50,7% e 47,7%, respectivamente (IBGE, 2010). Logo, quando falamos de negro no Brasil, não estamos falando de um segmento, estamos falando de sua população majoritária.

Diante desta constatação, pode-se afirmar que, no Brasil, a desigualdade de classes está intrinsecamente ligada à desigualdade racial. Por isso, o estado brasileiro tem lançado mão de políticas públicas com o intuito de corrigir distorções históricas que se perpetuam até os dias de hoje, em que ganham destaque as denominadas ações afirmativas.

No momento em que consideramos que a realidade acima descrita não pode ser tolerada numa sociedade que pretende reduzir desigualdades, promovendo o bem de todos os cidadãos, (além do compromisso da academia em produzir conhecimento que promovam avanços na sociedade) despertou-se um interesse no desenvolvimento de um estudo sobre tais meios de avanço social através de ações afirmativas.

As ações afirmativas para negros e pardos fazem parte de um polêmico e amplo debate existente na atualidade. Tendo, tanto entre os acadêmicos e intelectuais quanto na sociedade como um todo, diversos posicionamentos, sejam eles contrários ou favoráveis.

O assunto tem grande destaque na imprensa escrita, na mídia televisiva e nos debates das redes sociais (Naiff e Naiff 2009). Esta diversidade de posicionamentos é justificada nos muitos argumentos que existem a favor ou contra as políticas de ação afirmativa (Munanga, 2003; Munanga, 2004; Fry, Maggie & Grin, 2005; Holzer, 2010; CFP, 2013; Naiff & Louback, 2013).

Essas ações são entendidas como formas de efetivação da igualdade material, tendo preferencialmente os segmentos sociais marginalizados (no que diz respeito ao acesso aos direitos sociais) como foco. Entende-se como uma ação

afirmativa a reserva de vagas para negros nas universidades públicas, assim como para o provimento de cargos públicos, sendo, este último, o tema do presente trabalho (Piovesan, 2005).

Para Munanga (2004), os movimentos sociais que trabalham a favor da promoção de igualdade racial de negros e pardos brasileiros em comparação com a população branca, possuem um longo histórico de lutas, porém, as reivindicações de políticas afirmativas, mas especificamente sobre as cotas raciais tiveram seu início apenas na década de 1990.

Munanga (2006) destaca que esses movimentos colocaram mais foco na denúncia de racismo que aflige o cidadão preto dando, então, pouco espaço para a discussão de uma política afirmativa de fato, como já ocorria à época nos Estados Unidos da América (EUA).

Essa distância entre os dois países ocorreu por ser predominante neste momento o pensamento de “Racismo à brasileira” ou mito da “democracia racial” (Carone & Bento, 2002). Este mito foi bastante influenciado pela obra de Gilberto Freire “Casa Grande e Senzala” datada de 1933. Nela poderíamos concluir que a forma como a população brasileira foi constituída etnicamente (miscigenada), relativizaria o racismo. Para os pensadores da época a miscigenação criou um povo unificado em sua etnia, ou seja, a proposição de uma “identidade brasileira” que se entende como miscigenada, geraria uma convivência pacífica e igualitária entre os diferentes fenótipos e etnias, com isso, as desigualdades existentes no Brasil poderiam ser explicadas como uma questão social e não racial (Naiff & Naiff 2009).

Para Hasenbalg (1979), este entendimento social de que todos no Brasil somos pardos ou miscigenados acabou por dar força a práticas discriminatórias e racistas no momento em que elas são banalizadas e escondidas tornando-se, como nos diz Munanga (2004), um “crime perfeito”, por não deixar provas concretas.

As provas deixadas são apenas entendidas quando se faz um estudo mais aprofundado, como o de Nogueira (1998), onde é possível perceber que o negro, mesmo sendo parte majoritária da população brasileira, é encontrado majoritariamente em condições de pobreza, com morbidades de saúde e baixa escolaridade e emprego, sendo visto como marginal. Por mais que tenha se

esforçado, afim de conquistar um lugar melhor na escala social, será sempre um sujeito marcado por essa cor que não o separa desses implacáveis sentidos de que configuram o racismo e a discriminação.

Azevedo (2004) destaca que para sabermos quem é negro no Brasil, faz-se necessário o olhar do outro, ou seja, raça aqui é um conceito social, é os outros sujeitos te observam e tratam e não se ele pertence a determinado grupo racial.

Para Santos e Scopinho (2011), a cor da pele é um fator que demarca a atribuição de alguns cargos no mercado de trabalho formal e informal, portanto é algo de que o sujeito preto não pode escapar engendrando estratégias que revertam imediatamente às desvantagens por ser negro destituindo-se deste fator que gera vulnerabilidade.

Tendo em vista a premissa de que o sujeito negro no Brasil foi e ainda é vítima de diversas maneiras de racismo, a reivindicação por cotas nas universidades assim como no acesso à carreira pública seria uma maneira de se compensar esse grupo pelas perdas que foram historicamente geradas, possuindo como objetivo, ainda que quase utópico, uma pretensa igualdade social e econômica entre negros, brancos, pardos e indígenas (Munanga, 2004).

As políticas de cotas para concursos públicos encontram amparo na lei 12.990 de 9 de junho de 2014 (Brasil, 2014), ainda assim, esta ação afirmativa sofre resistência de diversos setores da sociedade tendo como argumentos contrários a afirmação de que vão de encontro a questões sócio econômicas - as quais assolam tanto negros quanto brancos - ou que, ao invés de uma política de cotas, o governo deveria adotar como projeto para redução das desigualdades uma melhora ampla em seu sistema de ensino público (Fry, P. Maggie, Y.; Grin, M. 2005; Agostinho & Filho, 2011; Silva & Silva, 2014; Naiff, Naiff & Louback, 2013).

Outro argumento contrário às cotas utilizado é o meritocrático. Segundo quem coaduna com esta ideia da meritocracia, concursos possuem uma base criteriosa em relação ao mérito de quem o presta, logo, é injusto ao candidato branco que um sujeito, exclusivamente por sua cor de pele, possa ter reservado até 50% de suas vagas como preconiza a Lei (Munanga, 2004).

Por fim, existe o argumento de que a miscigenação racial da população brasileira faria com que a política de cotas fosse ineficiente (Munanga, 2003; Naiff & Naiff, 2009; Silva & Silva, 2014; Naiff, Naiff & Louback, 2013).

O município de Nova Iguaçu, onde foi realizada a pesquisa, utiliza a política afirmativa de cotas raciais para concursos públicos desde seu concurso público ocorrido no ano de 2012.

Tendo como referência teórica assim como metodológica a teoria das representações sociais, construída pelo psicólogo social francês Serge Moscovici (1978), é possível afirmar que temos no Brasil representações percebidas sobre pretos fortemente arraigadas ao pensamento social, que por muitas vezes, se chocam com as novas representações que são defendidas pelo movimento social negro.

Cabe ressaltar que esse é um processo “natural” das representações (Naiff e Naiff 2009), como nos diz Sá (1996), as representações versam sobre simbologias e as trocas que dizem respeito as relações e como influenciam na construção de conhecimento compartilhado da cultura.

Este trabalho justifica-se no momento em que percebemos que há uma dificuldade para a população negra em acessar a cidadania de forma total, inclusive o acesso a postos de trabalho, principalmente no que diz respeito ao setor público, e reconhecendo através da bibliografia levantada, que há uma interação dialética entre as representações sociais ideologicamente estruturadas e produto das estruturas socioeconômicas e as configurações psíquicas dos sujeitos, faz-se importante entender quais as representações sociais cercam a “política de cotas para concursos públicos”.

Este trabalho teve como objetivo geral investigar as representações sociais sobre cotas para concursos públicos de servidores municipais da Prefeitura de Nova Iguaçu, município do estado do Rio de Janeiro, e destacam-se como objetivos específicos:

- Identificar as representações sociais que norteiam o entendimento dos servidores municipais de Nova Iguaçu, situado na baixada fluminense do Estado do Rio de Janeiro, que apenas no seu último concurso adotou a

política de cotas raciais, mesmo sendo a maioria de sua população composta por negros;

- Perceber e identificar as formas como se dá para o público geral a repercussão de políticas afirmativas de promoção de igualdade racial que visam garantir oportunidades para parcelas da população historicamente alijadas;
- Identificar os elementos que constituem o provável núcleo central e provável núcleo periférico das representações sociais sobre cotas para servidores municipais;
- Identificar como a população de servidores municipais do Município de Nova Iguaçu, situado na baixada fluminense do Rio de Janeiro entende as políticas afirmativas em destaque as cotas raciais para concursos públicos;
- Fomentar a discussão sobre políticas afirmativas, sua apreensão social seus avanços e caminhos.

Neste trabalho será abordado, em seu Capítulo 1, as relações raciais no Brasil, seu histórico, suas implicações e a maneira como culturalmente foi implantada e ainda se perpetuam.

Em seu segundo capítulo serão abordadas as ações afirmativas, seu histórico, assim como a implementação desta como política pública no Brasil.

No terceiro capítulo será apresentada a base teórico-metodológica do trabalho, a teoria das Representações Sociais, seu histórico, suas definições, suas funções, a atualidade da pesquisa em Representações Sociais, assim como a abordagem utilizada, que aqui será a estrutural.

No quarto Capítulo apresentamos o método de pesquisa utilizado, os participantes selecionados e os critérios de seleção, a amostra estudada, os procedimentos e instrumento de coleta de dados finalizando com a análise destes dados coletados.

No Capítulo quinto analisaremos os quadrantes gerados pela pesquisa estrutural em representações sociais assim como a análise da entrevista aberta feita com os sujeitos da pesquisa, finalizando com as considerações finais sobre a pesquisa.

1. Relações Raciais no Brasil

A forma como o negro é enxergado não é apenas uma questão pessoal ou subjetiva, ela foi historicamente construída e está enraizada na consciência coletiva do país, que foi a última nação das Américas a abolir a escravidão, tendo o regime escravagista vigorado por mais de 300 anos. Por isso muitas pesquisas como as de Vainfas (1989), Nogueira (1998), Carone e Bento (2002), Góes (2008) Santos e Scopinho (2011), mostram a importância da contextualização histórica para os estudos sobre o negro e a negritude no Brasil.

É importante que não caiamos no discurso comum do racismo como exclusivamente herança do nosso passado escravagista, visto que a sociedade produz novas formas de racismo que nada tem a ver com esse passado, logo quando tratamos dessas relações no contexto brasileiro estamos falando sobre essa vivência atual, visível e cotidiana do racismo (Munanga, 2006).

A negritude no Brasil deve ser pensada como “fato social”. Este conceito versa sobre maneiras estabelecidas na sociedade que afetam as ações das pessoas, apresentando-se como característica própria, tal como se existisse fora das consciências individuais. São exteriores aos sujeitos, bem como se impõem a ele, independentemente de seu desejo (CFP, 2013).

Para Carone e Bento (2002) o preconceito contra negros e pardos foi muito bem plantado na mentalidade do brasileiro. Essa construção traz consigo marcas de uma história ainda recente que coloca negros como pessoas inferiores e, é para isto que será atribuído o termo de “racismo”.

Para Nogueira (1998) a distribuição dos negros era feita de maneira tal que num mesmo ambiente de trabalho eram reunidas pessoas advindas de locais diferentes da África com culturas diversas, propositalmente dificultando a comunicação entre os semelhantes, com isso perderam aos poucos as identidades originais, porém, o que ocorreu foi um processo chamado pela supracitada autora de transculturação.

Esse processo de junção e construção cultural culminou no surgimento de uma nova identidade negra, com isso foram criadas novas formas de resistência. Os negros viviam em péssimas condições nas senzalas, brutalizados e animalizados pelos senhores, ou seja, se viam destituídos de sua humanidade.

O conceito de racismo aqui será tratado como para Munanga

Uma ideologia de base essencialista que versa a divisão da humanidade em grupos denominados raças. Nessa ideologia, esses grupos possuem características hereditárias comuns, não só físicas, mas psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Podemos dizer que, o racismo é a crença na existência de uma hierarquia racial (2004, p.18)

Para Santos e Scopinho (2011), os arranjos e articulações sociais racistas pautados no critério hierárquico de raça, estabeleceram um acordo simbólico social onde o negro continua socialmente excluído não existindo como sujeito de direitos.

Na perspectiva de Góes (2008), historicamente, depois da abolição da escravidão, a elite branca brasileira construiu um projeto de país onde os afrodescendentes não estavam inseridos. Isto aconteceu porque quem detinha o poder hegemônico tinha como modelo uma sociedade eurocêntrica, dessa forma, para ser um país de primeiro mundo o Brasil precisava ser civilizado, branco e cristão. O negro precisava ser extinto como sujeito e como cultura, entrando na perspectiva de genocídio criada pelas oligarquias brasileiras, influenciadas por teorias científicas racistas. É nesse momento que o Estado autoritário vai se constituir como inimigo dos sujeitos negros livres da escravidão.

Nogueira (1998) nos mostra que os negros ainda que libertados do cativo, jamais foram libertos da condição de escravos, eles sofreram e têm sofrido toda sorte de discriminação, que tem como base a ideia de serem seres inferiores, portanto não merecedores de possibilidades sociais iguais.

A liberdade trouxe para o negro no Brasil o lugar de sujeito que incomoda e que precisa ser retirado do convívio, visto que não serve mais para a produção capitalista. Para tal, várias políticas foram implementadas, algumas oficialmente e

outras, as mais drásticas, foram e vem sendo realizadas de forma clara, porém, não oficial. (Góes, 2008).

Outro conceito utilizado para embasar o presente trabalho é o que chamamos de 'racismo institucional', este conceito foi criado pelos ativistas integrantes do grupo americano conhecido como Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições e foi definido pelo Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), implementado, no Brasil, em 2005, por meio de uma parceria que contou com: a SEPPIR, o Ministério Público Federal, o Ministério da Saúde, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), e o Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional e Redução da Pobreza (DFID), como agente financiador, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (CRI, 2006) como o fracasso das instituições em promover um serviço adequado às pessoas por conta de sua cor de pele, origem racial ou étnica. Ele tem sua manifestação em regras, ações e comportamentos discriminatórios utilizados no cotidiano, sendo estes produtos do preconceito racial, uma ação que mescla estereótipos racistas, desatenção e ignorância.

Em todo caso, o racismo institucional sempre irá colocar pessoas de grupos raciais socialmente discriminados em desvantagem no acesso a benesses produzidas pelo Estado e por demais instituições e organizações. No Brasil esse tipo de racismo acontece dado à construção social estabelecida desde o quando o país era uma colônia europeia. Para entender basta que consideremos que o desenvolvimento econômico do país se deu com base em um regime escravocrata, construindo assim hierarquias sociais onde o branco sempre teve mais poder econômico que o negro, ainda que com o fim da escravidão, por isso foi construído um modelo socioeconômico permeado de desigualdades econômicas assim quanto a discriminação racial, em um processo construído e alimentado ao longo de séculos pelo Estado brasileiro.

Hasenbalg (1979) nos mostra que a trajetória do racismo na sociedade Brasileira não se encerra no fim da escravidão, visto que, mesmo que o regime escravocrata tenha produzido marcas profundas para os negros ela só permanece devido ao modelo sócio econômico adotado pelo Estado brasileiro, que tem em suas

construções fortes traços racistas. Outro fator importante a se destacar foi a maneira como os negros vivenciaram o processo de escolarização no Brasil. Temos uma história de total negação do acesso e inclusão marginal. Entre as muitas violações de direitos que o processo de escravidão promoveu no Brasil podemos encontrar a cruel proibição à educação formal, descrita legalmente no Art. 6º da Constituição de 1824, onde versava:

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e Os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em sorviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.

V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalização (Brasil, 1824)

Ou seja, como a população negra era majoritariamente africana de nascimento e só podiam frequentar a escola formal os cidadãos brasileiros, ainda que de maneira não tão clara, estava negado o acesso formal ao ensino a todos os negros escravizados e seus descendentes. A Reforma de Couto Ferraz de 1854 ainda que tendo instituído a obrigatoriedade do ingresso nas escolas primária para todos os infantes com idade maior de 07 anos assim como a gratuidade dos colégios primários e secundárias do Império, nas escolas públicas não foram permitidas crianças escravas e nem com moléstias contagiosas, e não havia a previsão de ensino formal para adultos. Silva, G. da, Araújo, M., (2005 como citado em Romão, J. (Org.), 2005, p.71) retratam esta história de interdição, mesmo após a abolição da escravidão, a partir da releitura das reformas educacionais dos séculos XIX e XX e sugerem que é possível deduzir que:

a população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma “aparente” democratização, porém, na realidade, negaram condições objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativeiro e seu, p.71s descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico.

Os autores afirmam ainda que as primeiras formas de escolarização para a população negra ocorreram por meio do ensino popular e do ensino profissionalizante. Essas ações estatais do tiveram como meta a preparação dessa população para o trabalho. Sendo a partir dessa escolarização que uma pequena parcela da população negra torna-se apta para realizar reivindicações de cunho social no período pós-escravidão, assim surgindo os primeiros movimentos políticos de temática racial nos anos de 1920. Dentre as mobilizações de ações educacionais e a implantação de uma escola pela Frente Negra Brasileira (Silva, G. da, Araújo, M., 2005 como citado em Romão, J. (Org.), 2005).

Além disso, grande parte dos negros libertos vagavam sem condições para seu auto sustento e sem trabalho no campo, que começou a ser feito por imigrantes europeus (CFP, 2013). Essa imigração europeia é uma das políticas citadas por Góes (2008) e ocorreu porque que no século XIX no Brasil, a miscigenação foi vista como uma solução para o crescimento do país.

Muitos intelectuais consideravam o “fracasso” do Brasil como nação devido a sua população ser majoritariamente negra. Essas teorias serviram para explicar a desigualdade social como resultado da inferioridade racial e apostaram numa miscigenação positiva.

Por isso a partir da segunda metade do século XIX, há uma vinda em massa de imigrantes brancos, dando corpo no Brasil a um entendimento de que, o fim das diferenças raciais se daria com o branqueamento da população. Dessa forma, em paralelo ao processo de libertação dos escravos iniciou-se uma intensa política de incentivo à imigração europeia, dando origem ao que alguns autores chamam de processo de branqueamento (CFP, 2013, Carone & Bento, 2002).

Para Hasenbalg “O ideal de branqueamento, já presente no pensamento abolicionista, não só era uma racionalização *ex-post* do avançado estágio de

mestiçagem racial da população do país como também refletia o pessimismo racial do fim de século XIX” (1979, p. 238). Carone e Bento (2002) afirmam que o branqueamento é um processo psicológico e político gerado pelo medo do crescimento da população negra e mestiça do Brasil por parte da elite branca.

Esse conceito refere-se à formação de uma identidade branca pela pessoa negra, que assume um conjunto de padrões de beleza e de valores na tentativa de assemelhar-se a um modelo branco e a construir uma identidade étnico-racial positiva.

Domingues (2005) mostra que após a tentativa de branqueamento da população, durante um bom tempo acreditou-se que as relações raciais no Brasil funcionavam em uma “Democracia Racial” ou seja, um sistema racial democrático sem impedimentos legais onde existia igualdade racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação tendo todas as etnias as mesmas oportunidades.

Ainda para o autor (Domingues, 2005), o mito da democracia racial é entendido como o “racismo à brasileira” onde o preconceito é camuflado mas se mantém, subjugando a população negra. Apesar dos avanços, ao se fazer uma análise mais aprofundada da questão é possível ver que ainda encontramos-nos distante de uma pretensa igualdade, sendo clara a diferença de oportunidades das pessoas negras e brancas estando esses últimos em sua grande maioria em condições de pobreza e indigência.

Seguindo esse mesmo raciocínio Ianni (2004) aponta que a ideia de que o Brasil seria uma democracia racial aceita com entusiasmo, pela comunidade científica na época tinha como proposta mostrar dados que dessem base a tese, de que no Brasil havia apenas preconceito de classe e o racismo era apenas um ingrediente de preconceito deste. Esta tese é recorrente em análises oriundas das obras de Gilberto Freyre.

O racismo é um fenômeno complexo, porém evidente através das práticas discriminatórias sociais. Esta forma de pensar e agir alimentam no imaginário social a representação social da superioridade branca, ficando para a(o) negra(o) menor importância ou valor dentro da sociedade. Além dos atos de preconceito com as

quais o indivíduo com constância lida, existem também os preconceitos que já foram internalizados pelos sujeitos e não são mais percebidos. Este é o caso de estigmas e estereótipos a respeito da pessoa negra (CFP 2013).

Como nos mostra Nogueira (1998), o sujeito preto mesmo que represente a maioria da população Brasileira, pode ser identificado não só por sua cor, mas pelas condições insalubres de suas residências, problemas de saúde e baixa escolaridade.

É sempre entendido tanto pelo estado quanto pela sociedade como marginal, antiestético, preguiçoso, e por mais que tenham se esforçado afim de conquistar um lugar melhor na escala social, será sempre um sujeito marcado por essa cor que não o separa desses implacáveis sentidos de que o configuram o racismo e a discriminação.

A reflexão sobre as formas pelas quais a realidade sócio histórica do racismo determina as configurações psíquicas e sociais peculiares no negro, assim como a dimensão psíquica do racismo e da construção das representações sociais sobre a negritude são advindas tanto da formação profissional e atuação como psicólogo social na Assistência social do Município de Nova Iguaçu, quanto em função da minha condição de pesquisador negro, herdeiro, portanto, desse passado histórico.

1.1 Relações raciais no Mundo do Trabalho

Silva e Silva (2014) em sua nota técnica sobre as reservas de vagas para negros e pardos em concursos públicos mostram quais são os reflexos claros do racismo institucional que atrapalham o acesso do negro ao mercado de trabalho, questão essa que o movimento negro já denuncia há muito tempo e apenas a partir do primeiro Governo Lula no ano de 2003 as políticas de promoção de igualdade racial passaram a ter relevância nas agendas do Governo Federal, somadas à melhorias em outros indicadores sociais, tais como a redução da pobreza, da informalidade, o desenvolvimento de ações afirmativas específicas e a conquista de um debate mais

amplo sobre o tema racial proporcionaram novo patamar nas condições de vida da população negra, bem como na discussão sobre racismo no país.

Santos e Scopinho (2011) nos deixam claro, que para o negro existe um sinalizador de desvantagem: sua classificação racial. Um exemplo disso é que o critério racial tem diminuído as possibilidades dos jovens negros acessarem o mercado de trabalho, principalmente no primeiro emprego. Para o negro o acesso ao mercado de trabalho é talvez a única saída legal no enfrentamento de uma realidade de privação e pobreza da qual é herdeiro histórico (IPEA, 2011).

O Ipea (2011), instituto que oferece suporte institucional para algumas ações do Estado no que tange o desenvolvimento, formulação e reformulação de políticas públicas no Brasil, é responsável por uma pesquisa publicada nomeada de “Retrato das desigualdades de gênero e raça”.

Este trabalho visa oferecer um panorama sobre as desigualdades de gênero e Raciais no País, tendo por base indicadores provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, sobre diferentes campos da vida social. Os resultados do estudo deixam evidentes as condições socioeconômicas desfavoráveis da população negra no Brasil. Na maioria dos enfoques analisados, os negros e pardos encontram-se em situação de inferioridade em relação aos brancos.

No campo da desigualdade de renda, os dados são igualmente alarmantes. Setenta por cento dos domicílios beneficiados pelo Programa Bolsa Família são chefiados por homens ou mulheres negros. O perfil das favelas brasileiras também aponta a predominância de domicílios comandados por homens e mulheres negros (66,2% do total).

Dados de estudo realizado pelo IBGE revelam que, em 2013, a média anual do rendimento mensal do trabalhador das maiores regiões metropolitanas brasileiras foi de R\$ 1.929,03. No entanto, há disparidades entre os rendimentos de homens e mulheres e, também, entre brancos e pretos ou pardos. Em média, as mulheres ganhavam em torno de 73,6% do rendimento recebido pelos homens (R\$ 1.614,95 contra R\$ 2.195,30). Trabalhadores de cor preta ou parda ganhavam, em média, em 2013, 57,4% do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca.

Essas informações somam-se a outros fatores que, direta ou indiretamente, interferem na relação dos jovens negro com o mercado de trabalho e intensifica as dificuldades. Isso ocorre segundo Nogueira (1998) porque a população negra se vê obrigada a conviver com a mais cruel forma de discriminação, isto é, um racismo sutil.

Embora esse cidadão pareça amparado civilmente tendo os mesmos direitos de qualquer outro cidadão, o negro é tratado como se não o fosse e acaba por ser responsabilizado pelo seu déficit em relação aos outros, como se não tivesse desejo de alcançar patamares maiores. Podemos ver isso também na negação da necessidade por parte da população, inclusive de alguns membros da população negra, sobre a instituição e manutenção de uma política de cotas para acesso ao ensino superior específica para afrodescendentes.

Silva e Silva (2014) verificam que persiste grande desigualdade comparados indicadores sociais entre negros e brancos, “embora sejam evidentes os avanços conquistados nos últimos anos, a desigualdade racial permanece, ainda que se tenha reduzido ao longo deste período” (Silva & Silva 2014 p.4).

Soares (2000) realizou uma pesquisa sobre o perfil do trabalhador no mercado de trabalho, no tocante a variação salarial, tendo como base de dados a também a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996, cujos resultados mostraram que quanto melhor posicionado está o sujeito na distribuição de renda dentre os negros, maior a diferença salarial negativa (comparando a um indivíduo branco) percebido devido à influência da discriminação, o autor indicou ser claro que a sociedade brasileira da forma como está constituída não aceita que indivíduos negros ocupem espaços importantes na estrutura de renda e que quanto maior o avanço dos negros, mais são discriminados.

O estudo de Soares corrobora a informação do PNAD de que homens negros sofrem discriminação com relação aos valores pagos por hora trabalhada, recebem em torno de 5% a 20% menos que os homens brancos, esse diferencial é maior conforme a renda do homem negro aumenta. Este autor interpretou a discriminação contra negros como sendo devida a uma visão do que seja o lugar do negro na sociedade, que é o de exercer um trabalho manual, sem fortes requisitos de qualificação em setores industriais pouco dinâmicos. “Se o negro ficar no lugar a ele

alocado, sofrerá pouca discriminação. Mas se porventura tentar ocupar um lugar ao sol, sentirá todo o peso da discriminação sobre seus ombros” (Soares, 2000, p. 24).

Por fim, Santos e Scopinho (2011), mostram que raça é algo que predetermina o julgamento e delimita a atribuição de alguns perfis sendo também algo de que o sujeito negro não tem escape, não pode engendrar estratégias práticas que revertam imediatamente as desvantagens por ser negro, destituindo-se deste fator que gera vulnerabilidade.

Para Azevedo (2004) a cor ou a raça de um sujeito é confirmada ou negada pelo olhar do outro, ou seja, raça é um conceito social, é como a sociedade vê e trata o sujeito e não se efetivamente ele pertence a determinado grupo étnico, conceito este premente para se pensar o racismo no Brasil

O processo de aniquilação da vulnerabilidade atribuída à raça deve ser marcado por políticas públicas e pela promoção de diálogo entre os diferentes setores da sociedade com vistas à superação dos estereótipos que desqualificam os negros e os impedem de gozar de seus direitos. Na tentativa de superar as desigualdades acima descritas, o poder público lança mão de estratégias denominadas “Ações afirmativas”, que veremos a seguir.

2. Ações afirmativas

As Ações Afirmativas são políticas públicas temporárias inseridas pelo Estado, que tem por objetivo a garantia de igualdade de oportunidades entre seus cidadãos. As Ações Afirmativas podem ser por exemplo constituídas por cotas de vagas destinadas a grupos socialmente minoritários. Estes grupos podem ser raciais, de classes em vulnerabilidade social, deficientes, mulheres, jovens, idosos, estudantes entre outros grupos que exigem reserva de cotas na tentativa de equiparar igualdades de direito.

Elas podem ser compreendidas como medidas sociais que tem como objetivo o acesso democrático a questões fundamentais para os cidadãos como emprego e educação, promovendo condições para que todos os sujeitos possam competir igualmente pela conquista desses espaços.

Para Piovesan (2005) As ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte dos grupos socialmente vulneráveis.

Já para Gomes, J. B. B. (2003, como citado em SANTOS, R. E. dos; LOBATO, F. (Orgs), 2003, p. 25) professor, jurista e magistrado brasileiro o conceito de ação afirmativa define-se:

como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado , tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego {...} “Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidas por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional , com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito.

Com isso, o objetivo principal seria combater desigualdades e desagregar as elites, tornando a composição social mais representativa do perfil demográfico da sociedade.

Munanga (2004) diz que as políticas de ação afirmativa são bastante recentes na história da ideologia antirracista e nos países onde foram adotadas (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, entre outros), desejam oferecer aos grupos vítimas de racismo um tratamento diferenciado e compensatório visto as desvantagens decorrentes de discriminação ou racismo.

I. Histórico das ações afirmativas

As ações afirmativas como política pública surgiram nos Estados Unidos da América, a partir da década de 1960, com a extensão dos Direitos Civis (1957, 1960, 1964 e 1965). O surgimento das políticas afirmativas nos EUA está ligado, diretamente, ao empenho e à participação do Poder Executivo Federal no implemento de medidas em prol da diversidade racial e da realização da igualdade entre brancos e negros.

A primeira manifestação de ações afirmativas nos Estados Unidos ocorreu no governo do Presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945) com a 8.806 de 25 de junho de 1941, que impedia, segundo Menezes (2001, p.77) A expressão ações afirmativas tem origem nos Estados Unidos, local que hoje se constitui como importante referência no assunto.

Nos anos 1960, os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos. No período, começam a ser eliminadas as leis segregacionistas vigentes no país, e o movimento negro surge como uma das principais forças atuantes, com lideranças de

projeção nacional, apoiado por liberais e progressistas brancos, unidos numa ampla defesa de direitos.

Neste momento iniciaram-se as eliminações das leis segregacionistas que ainda vigoravam no país, sendo o movimento negro uma das principais forças em atuação, com líderes fortes e de projeção nacional, por muitas vezes apoiados por liberais e progressistas de pele branca que também desejavam lutar por igualdade de direitos, é aí que surge a ideia de uma “ação afirmativa”, exigindo do Estado uma atuação mais efetiva no que tange a reparação a população negra norte-americana (Moehlecke, 2000)

Contudo as ações afirmativas não ficaram restritas aos EUA, outras partes do mundo como países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, também começaram a ter experiências semelhantes. Nos países da Europa, as primeiras orientações sobre o tema foram elaboradas em 1976, utilizando-se frequentemente a expressão “ação ou discriminação positiva.” Em 1982, a discriminação positiva foi inserida no primeiro Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades da Comunidade Econômica Europeia (Cappelin,1995).

Embora no Brasil a história do movimento negro a favor de melhorias nas condições de cidadania da população negra fossem fortes e relevantes, as reivindicações de ações afirmativas como “cotas” se deu tardiamente se compararmos com outros países como os EUA.

Munanga (2004) explica que, mesmo com algumas poucas iniciativas nesse sentido ocorridas no passado, os movimentos de defesa dos direitos dos negros focaram mais, até a década de 80, em denunciar o racismo presente na sociedade, em detrimento a proposições de políticas de ação afirmativa. Essa distância histórica que ocorre ao compararmos os dois países supracitados foi a predominância no século XX de um pensamento, já citado aqui no capítulo anterior, que chamamos de “mito da democracia racial”.

Este mito foi parcialmente influenciado por conclusões a respeito da miscigenação da sociedade brasileira presentes na obra do sociólogo Gilberto Freire

chamada de “Casa Grande e Senzala” datada do ano de 1933, com isso estudos posteriores inspirados na ideia “Freyreana” tentaram relativizar o racismo e discriminações raciais existentes no país, ao mesmo tempo em que defendiam a mestiçagem fator de união do povo brasileiro (Naiff, Naiff e Souza 2009).

Seguindo esta linha de raciocínio, Ianni advoga que:

A hipótese de que o Brasil seria, ou seja uma democracia racial foi adotada com muito entusiasmo e a proposta era apresentar dados substantivos que comprovassem essa tese. Ou seja, de que no Brasil havia preconceito de classe e de que o preconceito racial era apenas um ingrediente de preconceito de classe, tese recorrente de análises oriundas das obras de Gilberto Freire. (2004, p. 9)

II. Ações Afirmativas no Brasil

No Brasil, as ações afirmativas são representadas essencialmente enquanto programas de cotas, isto é, são medidas que priorizam a inserção social de grupos minoritários com histórico de exclusão por meio da reserva de vagas. (Domingos 2005).

Segundo Pinho (2003, como citado em Naiff, Naiff, 2013), o conceito de Ação Afirmativa surgiu na legislação brasileira em 1931 incorporada à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para assegurar o direito do trabalhador brasileiro ao emprego perante a mão de obra imigrante, entretanto o primeiro registro histórico localizado sobre o que hoje poderíamos entender como política afirmativa data de 1968, quando analistas do Ministério do Trabalho assim como do Tribunal Superior do Trabalho manifestaram desejo de criação de uma lei que obrigasse as companhias privadas a manter um percentual mínimo de contratados negros (20%, 15% ou 10%, de acordo com o ramo de atividade e a demanda), vislumbrando um caminho para solucionar o problema do negro no mercado de trabalho (Santos, 1999). Entretanto, tal lei não chegou a ser elaborada.

É com o fortalecimento dos movimentos sociais, depois da Constituinte de 1988, que reacendem-se as discussões sobre os direitos sociais que precisam ser

garantidos aos grupos minoritários como os negros, mulheres, homossexuais. O artigo 5º da Constituição é claro em mostrar o ideal de igualdade, afirmando que somos iguais perante a lei. Trazendo para a carta magna o princípio de igualdade que deve ser buscado.

Munanga (2006) nos traz diversos apontamentos e destrincha a construção histórica das políticas afirmativas no Brasil. O autor coloca que, no ano de 1980 haveria a primeira construção de um PL (projeto de Lei) que versasse sobre o tema. Abdias Nascimento, então deputado federal, em seu projeto de Lei n. 1.332, de 1983, propôs uma "ação compensatória", que estabeleceria maneiras de compensação para o negro brasileiro após décadas de racismo.

Entre as ações figuravam: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil, porém o projeto não foi aprovado pelo Congresso Nacional. Continuaram as reivindicações, principalmente dos movimentos sociais.

Aquele momento era de reorganização e mobilização do movimento negro, que vislumbra denunciar o já tratado neste trabalho "mito da democracia racial" e pressionar o Estado a dar soluções para os problemas raciais existentes no Brasil. Essas iniciativas no âmbito do Poder Público indica um parcial reconhecimento da existência de um problema de discriminação racial, étnica, de gênero e de restrições em relação aos portadores de deficiência física no país, sinalizado por meio de algumas ações.

Entretanto, estas ainda são muito circunstanciais e políticas mais substantivas não são implementadas. Em 1995 surge a primeira política nacional de cotas quando através da legislação eleitoral, estabeleceu-se uma cota de 30% de mulheres no mínimo para as candidaturas de todos os partidos políticos.

Essa idéia tem origem em uma experiência semelhante utilizada anteriormente no Partido dos Trabalhadores, em 1991, e na Central Única dos Trabalhadores – CUT –, em 1993, decorrente de reivindicação e pressão do movimento feminista. Foi também em 1995 que o Presidente da República instituiu, por decreto, o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI –, para desenvolver políticas de valorização e promoção da população negra,

Em relação à discussão sobre ações afirmativas, o grupo realizou dois seminários sobre o tema, em Salvador e Vitória, a partir dos quais elaborou 46 propostas de ações afirmativas, abrangendo áreas como educação, trabalho, comunicação, saúde. Foram implementadas algumas destas políticas, contudo seus recursos são limitados e seu impacto permanece muito restrito. (Munanga, 2006 p.34).

Ainda mencionando Munanga,

Em Maio de 1996, é lançado o Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH –, pela recém-criada Secretaria de Direitos Humanos, que estabelece como objetivo, dentre outras coisas, desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta, formular políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra" e apoiar as ações da iniciativa privada que realizem discriminação positiva (Munanga 2006, p.32).

Apesar desses avanços foi apenas durante o primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 que foram aprovadas políticas de ação afirmativa para a população negra por decisão do Executivo nacional, seguindo a mesma linha dos projetos anteriores e tendo como base o sistema de cotas e a ideia da necessidade de representação desse setor em diversas esferas da sociedade.

No mesmo ano, no Estado do Rio de Janeiro, por meio de lei estadual, foi estabelecido que 50% das vagas dos cursos de graduação das universidades estaduais fossem destinadas a alunos oriundos de escolas públicas selecionados por meio do Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio.

Moehlecke (2004), teoriza o acima descrito da seguinte forma:

Políticas de igualdade racial como a ação afirmativa, ao exigirem direitos coletivos e a identificação racial dos grupos beneficiados, perturbam não apenas a noção moderna de igualdade e justiça, segundo o qual a distribuição de bens e posições sociais seria baseada no indivíduo e em seus méritos e talentos naturais, mas também a ideologia brasileira de mestiçagem e da democracia racial, constitutiva de nossa identidade e unidades nacionais onde não haveria espaço para divisões ou diferenciações de raça. (2004, P.19).

Ainda que com o pioneirismo norte-americano no uso de ações afirmativas raciais, e por consequência o início dos estudos de seu impacto, é esperado que os estudos realizados neste país sirvam como referência bibliográfica na compreensão histórica desse tipo de intervenção governamental. É importante salientar as peculiaridades brasileiras em relação a segregação racial nos EUA, por isso as implantações de medidas de ação afirmativa requerem a compreensão do contexto sócio histórico de cada país (Domingos, 2005).

Ainda segundo Domingos (2005), no Brasil a segregação racial sempre existiu embora não declarado ocorre de modo silencioso e repercute na vida dos cidadãos, por isso encontra meios informais de propagação e não é assumida, sendo utilizado como escudo o “mito da democracia racial”.

É nesse sentido que Munanga (2006, p.1) diz que *“o Nosso racismo é um crime perfeito, porque a própria vítima é que é responsável pelo seu racismo, quem cometeu não tem nenhum problema”*, ou seja, aquele que aponta o racismo é culpado socialmente visto que a sociedade crê que no Brasil não existe racismo.

Com isso, a releitura do problema permite que as questões étnicas tanto nos EUA quanto no Brasil possam ser reavaliadas de acordo com o cenário social da pós-modernidade e analisadas as propostas de ação do governo.

Para Maffesoli (2002) a questão racial não é um fator biológico como a etnia, mas sim uma condição a nível psicossocial e cultural, desenvolvida nas relações sociais, envolvendo forças sociais distintas e progressos de dominação e

apropriação. Classificar e hierarquizar outros sujeitos por cor ou raça nada mais é que uma técnica política que garante a permanência das estruturas de poder vigentes.

A estigmatização de um outro sujeito, é uma ação política das relações humanas, e ocorrem em diversos locais de convívio; bloqueando relacionamentos, possibilidades de interação social, inibindo desejos, fortalecendo a alienação de uns e outros, indivíduos e coletividades.

A implantação de medidas desse tipo gera polêmica uma vez que a ênfase dada a questões étnico-raciais, como já citadas anteriormente (Carone & Bento 2002), nos remete à constituição de uma identidade brasileira, marcada pela valorização da mestiçagem e do branqueamento.

Logo, para que possamos debater as ações afirmativas para negros e Índios no Brasil faz-se necessário um aprofundamento nas questões e problemáticas que dizem respeito à definição de seus beneficiários e na releitura da identidade nacional e culto à miscigenação e branqueamento.

Por isso, existe um grupo de teóricos (Carone & Bento 2002, Domingos, 2005; Munanga, 2006), que denomina o processo de racismo que acontece no Brasil de "racismo à brasileira" e suas consequências negativas sobre a democratização de oportunidades no Brasil.

O senso comum reproduz que é impossível implementar cotas para negros no Brasil, porque é difícil definir quem é negro no país por causa da mestiçagem, tendo como consequência a possibilidade da fraude por parte dos alunos brancos que alegando sua afro-descendência pelo processo de mestiçagem ocupariam o espaço destinado aos pretos (Munanga, 2006). E é esse entendimento social sobre as políticas afirmativas que serão pesquisadas neste trabalho.

3. A teoria das representações sociais

3.1 Histórico

Moscovici (1978) aborda que o primeiro teórico a citar as representações sociais em sua obra, porém intitulada de “representação coletiva” foi Émile Durkheim, falando sobre a especificidade do pensamento social sobre o pensamento individual. Para este autor, o pensamento individual seria um fenômeno exclusivamente psicológico, já o pensamento social não se resumiria à soma dos pensamentos individuais, ele é maior e mais fluido.

Além de Durkheim tiveram participação na criação da teoria Levi Brühl na sociologia e antropologia social, assim como, contribuíram para a criação da teoria das representações sociais “a teoria da linguagem de Saussure, a teoria das representações infantis de Piaget e a teoria do desenvolvimento cultural de Vygotsky” (Jacques, Strey, Guareschi & Fonseca, 2000 p.104).

Jodelet (2001) nos apresenta que teoria das Representações Sociais (RS), com esta nomenclatura, foi descrita primeiramente pelo psicólogo social romeno naturalizado francês Serge Moscovici, ele usa pela primeira vez o conceito em sua tese “Pshychanalise: Son image e son public” de 1961, em sua tese utilizou como objeto a Psicanalise no momento em que esta ciência sai de um grupo fechado (estudiosos e intelectuais) e é resigunificada por grupos populares.

Jaques et al (2000) apresenta o quanto a discussão de Durkheim sobre o conceito de representações coletivas foi fundamental para que Moscovici buscasse apoio na sociologia a fim de propor uma antítese para a perspectiva individualista e psicológica da psicologia social americana. Moscovici foi levado a esta teoria por sua crítica aos pressupostos positivistas e funcionalistas que não davam conta de explicar a realidade na dimensão histórica crítica.

No contexto brasileiro, as representações sociais surgem no fim da década de 1970 junto a crítica a psicologia social americana (Jacques et al., 2000). Mais precisamente com a vinda da professora Denise Jodelet ao nordeste brasileiro, a fim de lecionar um curso sobre a teoria das representações sociais na Universidade

Federal da Paraíba em 1982, a convite da professora Doutora Venezuelana Maria Auxiliadora Banchs (Sá & Arruda, 2000)

O autor estabeleceu uma ligação entre psicologia social e Sociologia, porém a contra partida não ocorreu de modo imediato. Foi necessário aguardar até o fim do século XX para que a sociologia retornasse a se debruçar sobre a teoria das representações sociais e relembresse a contribuição desta para a análise sociológica.

Para Jodelet (2001) esta aproximação entre saberes é importante, visto que, as representações fazem tanto parte do universo quanto das individualidades, devendo então serem pesquisadas em ambos os contextos.

Ainda para Jodelet (2001) ao estarmos neste mundo de objeto e objetificações, sujeitos, ideias, valores e acontecimentos não podemos nos reduzir a simples automatismos humanos, nem nos encontramos em um vazio social, visto que nas nossas vivências partilhamos o mundo com os outros que muitas vezes nos servem de apoio tanto por estarem em concordância conosco quanto quando estamos em conflito, que nos obrigam a enfrentar, dialogar e administrar.

Com isso as representações circulam nos discursos e criam as imagens midiáticas e coletivas assim como cristalizam condutas e pautam organizações materiais e espaciais.

3.2 - Definições

Moscovici (2009), define que as representações sociais são um conglomerado de ideias, metáforas e imagens sociais que possuem conceitos mais fluidos que teorias apresentadas pelas ciências, sendo então um sistema de valores, ideias e práticas que possuem a função de simbolizar o mundo ajudando os sujeitos na sua compreensão e apresentando o que é considerado socialmente correto ou não por determinado grupo.

Porém, por mais que para entender as representações tenhamos que conceituá-la, não devemos fazê-lo de forma definitiva já que o próprio conceito também é objeto de estudo e pode ser conceituado de diferentes formas junto com o

próprio processo das representações sociais. (Jacques et al, 2000), em concordância Sá (1996) nos diz que Moscovici sempre resistiu a apresentar uma definição concreta das teorias das representações sociais, por entender que uma tentativa nesse sentido poderia resultar na redução do seu alcance conceitual.

Para Sá (1996) o termo representações sociais diz respeito tanto a um grupo de fenômenos quanto a conceituação que os engloba assim como toda teoria que é construída para dar sentido a eles, definindo um grande campo de estudos psicossociológicos.

Ainda para o autor (Sá, 1996) as representações abordam as simbologias sociais e as trocas simbólicas que envolvem as relações e suas influencias na construção do conhecimento compartilhado da cultura. Moscovici (1978) defende que a representação social deve ser encarada de duas maneiras, tanto como possuidora de uma de uma construção psicológica autônoma e subjetiva assim como é própria de nossa sociedade e de nossa cultura.

Para Jaques et. al. (2000) a utilização da teoria das representações sociais é como fazer uma ponte entre o individual e o social, elas equivalem de certa maneira a mitologia visto que organizam os recursos simbólicos que dão sentido as trocas sociais atualmente, como os mitos e lendas faziam no período Medieval.

Assim compreendida, a teoria tem tornando-se um fértil recurso para análise e entendimento de fenômenos culturais, ganhando folego com a crescente necessidade de compreender o lugar e o papel das dimensões culturais e simbólicas nas sociedades contemporâneas (Jodelet, 2001). Assim sendo, as representações sociais funcionam quase que de forma autônoma, comunicam-se entre si, criam interações podendo por vezes sair de cena para emergir sob forma de novas representações.

Por isso para que possamos compreender uma representação social é preciso ir a fundo buscando as representações dais quais elas se originaram e quanto mais distante ficamos da representação inicial mais pesada e densa fica a representação em questão transformando o que era maleável e fluido em imutável, o que era apenas um ideal materializa-se (Moscovici, 2009).

Ainda para Moscovici (2009) “ao criar representações, nós somos como o artista, que se inclina diante da estátua que ele esculpiu e a adora como se fosse um deus” (p.36)

O autor supracitado explica que existem dois universos de pensamento nas sociedades contemporâneas pensantes: os reificados (da ciência) e os consensuais (do senso comum) mostrando que os conceitos de Ciência e senso comum são formas distintas de compreensão do mundo e de relacionamento com ele porém ambos são representações da realidade, sendo os dois de igual importância para o nosso processo de pensamento já que segundo Moscovici (2009), ele opera sob a racionalidade da ciência e o senso comum.

As ciências são os meios de compreensão do universo reificado, enquanto as representações sociais tratam do universo consensual, são criadas pelos processos de ancoragem e objetivações circulam no cotidiano e devem ser vistas como uma atmosfera em relação ao indivíduo ou ao grupo.

As Representações sociais são teorias que indicam os saberes populares e do senso comum (Jaques et al, 2000) sendo o senso comum a forma de compreender criadora das imagens e sentidos, sem o qual nenhuma coletividade pode operar (Moscovici 2009). De acordo com Moscovici (1978), as interações sociais que são cotidianamente estabelecidas têm origem em representações que facilmente são apreendidas.

Para Jodelet (2001), as representações possuem duas dimensões, uma que diz respeito ao sujeito e outra a sociedade, está no meio de uma série de conceitos sociológicos e psicológicos. Por isso a teoria das Representações Sociais busca estudar a forma como meio social entende o mundo que o cerca.

A teoria nos permite penetrar em camadas do social nunca antes exploradas, e nos apresentar um panorama de como compreender por exemplo algumas escolhas de um determinado grupo, visto que, nem sempre as escolhas de um grupo se dão de forma lógica, elas podem acontecer por afeto, controle social de massa ou até por fé (Jaques et al, 2000). Por ser dinâmica ela provoca comportamentos nos sujeitos e na coletividade como um todo em sua interação com o meio modificando tanto individualmente ambos como a própria relação.

Depois de uma série de ajustes, o que parecia distante parece então mais próximo e o que era abstrato torna-se concreto. As imagens e ideias com as quais

nós compreendemos o não usual apenas remetem-nos ao que já tínhamos conhecimento e com o qual já estávamos familiarizados. Incentivados pela proliferação de pesquisas científicas, de filosofias massificadas pelos meios de comunicação e produzidas também pelo senso comum tentamos compreender e formular novos significados das informações e fatos do mundo, trazendo-os para nossa vida cotidiana.

Transformar e criar novas informações leva também a uma transformação de nossos valores influenciando então as formas como se manifestam as relações humanas e na forma como o ser humano se vê no mundo. Por isso ocorre o fenômeno do “choque de gerações” onde o que era certo para a geração anterior para a geração atual não o é.

Adquire-se a informação nova e rerepresentamos sobre uma nova roupagem, buscando enriquecer e transformar nossos esquemas cognitivos anteriores no que for possível ao nosso sistema de crenças; como também adaptamos a nossos antigos esquemas cognitivos, buscando manter o nosso mundo estável e seguro. A dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas (Moscovici, 2009).

3.2.1. Funções das Representações Sociais

Abric, J. C. (1998, como citado em Moreira, A. S.P.; OLIVEIRA, D. C., 1998) propõe que as representações sociais possuem importante papel nas relações sociais, por que correspondem às funções essenciais nos quadros em que se estabelecem essas relações o autor Abric, J. C. (1998, como citado em Moreira, A. S.P.; OLIVEIRA, D. C., 1998) propõe que as representações respondem a quatro funções essenciais:

1 - Função de Saber - As representações sociais permitem a compreensão e explicam a realidade, isto é, os sujeitos conhecem um objeto e o coloca num quadro assimilável por eles, o que podemos chamar de senso comum, para que isso possa funcionar de maneira coerente seu funcionamento cognitivo.

2 - Função Indentária – Outra função das RS é situar os sujeitos assim como os grupos no campo social. É por elas que tornam-se capacitados a elaborar uma identidade social em compatibilidade com as normas e valores sociais vigentes e historicamente determinados.

3 - Função de Orientação - Elas servem como guia para os comportamentos e as práticas por meio de três fatores:

a) A definição da finalidade da situação - Elas definem o tipo de cognição a ser adotada nas situações onde existe uma tarefa a ser cumprida.

b) um sistema de antecipação e de espera – Ela é precedente a interação e a determina, ou seja, uma RS não depende do desenrolar de uma interação social.

c) uma prescrição de comportamento - A RS prescreve comportamentos obrigatórias frente a um determinado objeto refletindo a natureza das ligações e das regras sociais.

4 - Função de Justificação - As representações sociais permitem justificar posteriormente o porquê determinadas ações foram tomadas, permitindo aos atores sociais que justificar seus comportamentos numa situação ou em relação a seus parceiros.

3.2.1. Objetivação e ancoragem

As representações por nós fabricadas resultam de um constante esforço de fazer real algo que nos traga um sentimento de não-familiaridade ou seja as representações sociais surgem na tentativa de tornar familiar o não familiar e através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que dessa forma sofre enriquecimento e mudança (Moscovici, 2009).

Na construção de conhecimento que ocorre de maneira coletiva, temos em destaque dois processos: o processo de objetivação e o processo de ancoragem. Para Jodelet (2001), a objetivação é processo ao qual permite dar sentido concreto ao abstrato, conferindo materialidade as ideias. Objetivar seria, trazer à tona um

conteúdo que até então era individual para o prático fazendo então parte das interações sociais (Moscovici, 2009).

Para Vala, J. (2007 como ditado em Vala, J.; e Monteiro, M. B. (Edits), 2007), esses processos mostram uma das funções das representações sociais: a integração do novo, isso ocorre quando mostram a forma como o ambiente transforma um conhecimento em representação social, assim como, esta representação transforma o social. Campos (2003) entende esses processos como fundamentais na gênese de representação social, sobretudo nos processos de transformação.

Já para Vala, J. (2007 como citado em Vala, J.; e Monteiro, M. B. (Edits), 2007), a objetivação tem como uma das suas principais funções a de facilitar a comunicação entre as pessoas, porém Chamon (2006) adverte que para tal é preciso dissociá-la do objeto ou do conceito que a deu origem. Sá (1996) nos aponta também para outra função a de caracterizar uma inscrição psicossocial, o objeto apropriado pelo grupo não se distingue da representação deste objeto.

Não existe o sentimento de relatividade com respeito à representação do objeto. A objetivação torna-se o objeto e é nesse processo faz da representação social, não uma representação de algo, mas a informação verdadeira sobre ele. Este processo caracteriza o pensamento social no todo, não apenas na Mudança das teorias científicas para o senso comum.

Ainda para o autor (Vala, J. (2007 como citado em Vala, J.; e Monteiro, M. B. (Edits), 2007) diz que analisar a objetivação de uma representação nada mais é que identificar os elementos que dão significado a este objeto, verificar a forma como eles são selecionados até apresentarem-se como objetos naturalizados. Permite compreender como as palavras e os conceitos são transformados em coisas, realidades exteriores aos indivíduos.

Em complementariedade Sá (1996) nos diz que sendo a objetivação um processo que torna abstrato aquilo que é concreto fazendo um intercâmbio entre conceito e objeto. Nesse processo o conceito é simplificado para apreensão social, é transformado em imagem. E como toda imagem é simples mas não mostra com clareza todas as interfaces do conceito que a deu origem.

O processo de ancoragem diz respeito ao enraizamento social da representação social. Tem como função realizar a integração cognitiva do objeto representado num sistema de pensamento social que já existe anteriormente a representação.

Esse processo ocorre colocando novos elementos de conhecimento numa rede de categorias mais familiares para o grupo em questão, um exemplo para tal elucidado por Moscovici (2009) é nos anos 1980, com a descoberta do Vírus HIV e a Epidemia de AIDS que se alastrou pelo mundo, alguns grupos e até a imprensa denominou o vírus de “câncer gay”, isto porque, até então, somente o câncer tinha consequências patológicas tão devastadoras e de difícil controle.

O sistema de classificação utilizado supõe uma base de representação partilhada coletivamente isto é categorias socialmente estabelecidas. Pode-se dizer que o grupo exprime sua identidade a partir do sentido que ele dá à representação (Sá, 1996).

Para Campos e Loureiro (2003) a ancoragem toma forma de tornar familiar o que é não familiar. Ainda para o autor, nesse processo um objeto que antes vinha sendo percebido como desconhecido e novo vai sendo “ancorado”, ou seja, associado a práticas cotidianas e conhecimentos anteriores tornando-os próximos do “já conhecido”.

De alguma forma, o novo objeto, ao ser quando é associado ao sistema sociocognitivo antigo, acaba por perder o caráter de novidade adquirindo um aspecto de um conhecimento “que sempre esteve lá”, portanto familiar. Em concordância Jodelet (2001) coloca que a ancoragem faz com que a representação crie raízes em uma rede de significações fazendo sua interlocução junto aos valores sociais dando então a eles certa coerência.

A ancoragem se refere a significações distintas daquelas internas ao conteúdo de uma representação. São as significações que intervêm nas relações simbólicas existentes no grupo social que representa o objeto.

Willem Doise (1992, como citado em Campos & Loureiro, 2003) propõe uma análise da ancoragem das representações sociais a partir de uma classificação em três modalidades:

- A ancoragem do tipo psicológico versa sobre valores ou crenças que organizam as relações simbólicas com o outro;
- A ancoragem do tipo psicossociológico inscreve os conteúdos das representações sociais na forma como os sujeitos se colocam simbolicamente em suas relações sociais e nas categoriais próprias a um campo social definido;
- A ancoragem do tipo sociológico refere-se à forma pela qual as intervenções na apropriação do objeto são realizadas pelas relações entre grupos.

Para Chamon (2006) os processos de objetivação e ancoragem são complementares, ainda que de alguma maneira possam parecer opostos: um deles procura criar verdades objetivas para todos os objetos independentes de todo determinismo social e psicológico, enquanto o outro, pelo contrário, refere-se diretamente à intervenção destes determinismos ao transformarem essas verdades. Ou seja são complementares porque um cria a realidade e o outro a significa.

Ainda para Chamon (2006) a RS estabelecida pelo processo de ancoragem permite uma coerência epistemológica ao objeto representado. A modificação do mundo ocorre mais rápida que a ideia que fazemos dele, para tal transforma o complexo em simples (objetivação) e o estranho em familiar (ancoragem) ela permite uma integração “suave” do novo e do desconhecido. Campos e Loureiro (2003) ainda propõe que a ancoragem pode ser estudada em duas dimensões uma mais sociológica e outra mais ideológica:

- Ancoragem sociológica: é a ancoragem que encontramos nas estruturas sociais, em sua forma mais dinâmica, ou seja, são as práticas desenvolvidas pelos grupos e aquelas que são institucionalizadas.
- Ancoragem ideológica: é o enraizamento das representações sociais nos sistemas sociais de crença, ou seja, em que medida um

determinado grupo compartilha de uma mesma representação social de um objeto e também partilha de um conjunto de crenças e valores que são para além deste grupo e deste objeto funcionando como macro reguladores, como grandes constantes sociais.

3.3. Atualidade das Representações Sociais

Durante muito tempo a ciência foi detentora do poder de propor a maior parte dos objetos de pesquisa, conceituações e que de certa forma eram impostas à sociedade. Com isso, muitas vezes acreditamos que não podemos nos debruçar sobre a maioria dos conhecimentos que nos afetam como seres sociais e entendemos que um cientista é quem deve obtê-los e nos transmitir (Moscovici, 1978).

É um equívoco acreditar que alguma ciência, ainda que exata, funcione desta forma. Tudo que foi construído pelo saber científico até o presente momento foi porque de alguma forma saltou aos olhos do pesquisador como algo estranho, exótico e curioso (Moscovici, 2009).

Entretanto, Moscovici nos apresenta modificações neste paradigma social ao mostrar de forma objetiva que na atualidade o saber popular não científico tem tomado um forte poder, não sendo só consumido pelas pessoas como forma de Signos zodiacais, técnicas curandeiras, Homeopatia, terapias holísticas e literatura de autoajuda, muitas organizações contratam como prestadores de serviços profissionais das mais diversas áreas como: Técnicos em Feng shui, numerólogos e astrólogos.

Quem recorre a isto não são os ignorantes, mas sim muitos dos grandes empresários, políticos e detentores do poder (Moscovici, 2009). Isso ocorre porque a ciência como supra descrita (com conceitos, métodos) em momento algum foi popular socialmente, principalmente entre as camadas mais básicas da sociedade, e “a supremacia social é cada vez mais e mais reconhecida nos campos da epistemologia, linguagem e psicologia social ” (Moscovici, 2009, p.171). Com isso é

importante que nós pesquisadores tenhamos um olhar voltado ao saber social e olhar isto de uma forma natural a nossa cultura e sociedade (Jodelet, 2001)

Para Sá (1996) o estudo das representações sociais vem sendo um dos campos mais prósperos em Psicologia Social, principalmente nos que possuem origem europeia, com isso a teoria da se mostra singular e livre dentro do campo da psicologia e das ciências sociais, pois, é contraditoriamente uma linha geral dos fenômenos sociais assim como pode ser específica dos fenômenos psicológicos, dando a ela uma consistência científica de teoria geral.

Ainda que seu surgimento seja advindo da ciência psicanalítica a teoria pode caminhar sozinha sem necessariamente estar vinculada a nenhuma escola em psicologia (Vala, J. 2007 como citado em Vala, J.; e Monteiro, M. B. (Edits), 2007). Esse Paradoxo entre o social e o individual acontece pela própria constituição profunda das coisas.

Existem objetivos e interesses sociais, mas faz-se necessário que valores e crenças sociais concordem para o desenvolvimento de um conhecimento social sobre o verdadeiro, o importante e o correto, promovendo assim uma mudança no modo de perceber, de agir e nas sociocognições de um grupo social. Não dependendo exclusivamente de técnicas e conhecimento.

Quando de fato consegue-se que técnicas e ciência sejam convertidos em crenças individuais ou grupais é que se consegue fazer um grupo social assistir passivamente a sua aplicação para uma sociedade ativa em tornar aquilo algo existente. O que um grupo ou a sociedade entende sobre si não é uma expressão da realidade, mas nuances da própria realidade construída por ela (Jaques et.al 2000).

Segundo Campos e Loureiro (2003) uma questão proposta atualmente nos estudos sobre as representações sociais é a respeito das relações entre práticas sociais desenvolvidas por um grupo específico e seus pensamentos, a questão gira em torno de que serão as práticas determinantes para as representações ou seria o inverso disso? ”.

Para Vala, J. (2007 como citado em Vala, J.; e Monteiro, M. B. (Edits), 2007) não é exato dizer que as RS e as práticas se influenciam reciprocamente, não por não haver interação mas sim por não se tratar de reciprocidade visto que é razoável considerar as representações como condição das práticas e as práticas como agente das transformações (Wolter & Sá, 2013).

Ainda para Campos (2003) Podemos classificar os estudos sobre a questão da determinação das práticas pelas representações (ou vice-versa) segundo três tipos de estudos realizados até hoje casos em que as práticas determinam as representações, casos em que as representações determinam as práticas e os comportamentos e estudos considerando-se a complexidade das situações sociais reais, o estudo das representações contribui para a compreensão da situação sem, no entanto permitir a formulação de hipótese explicativa.

Apesar da construção do parágrafo anterior, e como já foi dito as representações sociais não são uma teoria pronta, por isso possui a possibilidade de ser construída por nós profissionais e pela sociedade, e ser aderente e crítica ao próprio processo social, ao contrário das teorias que estamos acostumados que já são prontas, que nos parecem mais familiares e não nos provocam medo e a isto se deve sua atualidade. Ela é desconcertante, e traz consigo a alma da pesquisa: a provocação (Jodelet, 2001).

Moscovici, no capítulo “História e atualidade das Representações Sociais” (Moscovici, 2009), em que problematiza a atualidade das representações sociais usa como exemplo as representações sociais sobre a então desconhecida Síndrome da imunodeficiência adquirida ou simplesmente AIDS que coincidentemente faz a ligação necessária com a discussão que se segue no próximo capítulo.

Logo após o seu surgimento a mídia a reconheceu como uma doença que vinha vingar o mal uso da sexualidade daquela sociedade permissiva, assim como a confederação nacional dos Bispos do Brasil tentou impedir o lançamento da propaganda do uso do preservativo, dizendo que a AIDS era um castigo divino aos maus hábitos. Junto das explicações divinas outro fenômeno assolou as lendas de que o vírus foi produzido em laboratório pela CIA para exterminar algumas determinadas populações.

Esse é um bom exemplo onde apresenta-se como existem argumentos, imagens e ideias que surgem que não podem ser freados nem pelo bom senso e nem pela lógica, e obviamente fonte riquíssima de pesquisa (Moscovici, 2009).

3.4. A investigação em representações sociais

Diversos autores (Sá 1998, Jaques et al 2000, Abramovay 2004, Signorini 2008) defendem que não há metodologia de investigação exclusiva em representações sociais.

É facilmente encontrado na literatura sobre o tema investigações de base quantitativa e qualitativa, além das que fazem a devida intercessão entre as duas bases metodológicas, assim como não há metodologia de investigação exclusiva em representações sociais.

Para Signorini (2008) não existem grupos específicos para serem aplicados os estudos sobre representações sociais, visto que em um estudo de fenômenos sociais inexiste uma única possibilidade de abordagem teórica e de instrumentos e técnicas de pesquisa. Existem técnicas complementares, que possibilitam apreender a multiplicidade de pontos de vista acerca dos temas objeto de investigação. (Abramovay et al, 2004),

Para uma boa coleta de dados é importante que os sujeitos ou grupos estudados estejam sob a mesma classificação (grupo taxonômico) ou fazer parte de um grupo estruturado que tem por constituição a reunião em torno de direitos, deveres, obrigações ou laços biológicos, (Signorini et. Al, 2008) visto que “são essas condições que oferecem o substrato cultural sobre o qual se constroem e transformam as representações sociais” (Signorini et. Al, 2008,p.3).

Para Alves-Mazzoti, (2002 como citado em OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. (Org.), 2005), para que possamos analisar uma representação devemos conhecer três componentes essenciais seu conteúdo, estrutura interna e seu Núcleo Central. Para tal, devemos articular a investigação em três etapas:

1. Levantamento do conteúdo da representação: Neste momento a autora propõe que seja realizada uma entrevista, porém, juntamente com outra técnica de base associativa permitindo assim diminuir os mecanismos de controle e defesa que surgem durante a técnica da entrevista.
2. Pesquisar a estrutura e o seu núcleo central: Corresponde a organizar o conteúdo categorizando-o em um subsistema temático, buscando a seguir identificar as relações e as hierarquias entre os elementos que compõe a representação.
3. Verificação da centralidade: Os elementos identificados como mais importantes devem então passar por testes para que então possam ser verificadas suas centralidades. As técnicas utilizadas para tal, partem de um pressuposto em que os elementos centrais são inegociáveis ou seja, caso sejam retirados das representações estas perdem seu significado.

3.4.1. Abordagem estrutural das representações Sociais

A abordagem que será usada na elaboração deste trabalho será a estrutural das representações sociais. Segundo Campos (2003) esta abordagem entende as representações sociais como processos sociocognitivos que são flexíveis e rígidos ao mesmo tempo, compostos em sua estrutura por elementos hierarquizados e organizados por dois sistemas complementares porém com diferentes funções o central e o periférico.

Essa abordagem é uma escola que tem sua origem na França nos meados anos 1980 com uma perspectiva experimental que liga o conhecimento socialmente compartilhado na forma de estrutura, ou seja, unidades conectadas com um funcionamento regulado por leis (Wolter, 2013).

Para Campos (2003) com base na ideia de que as representações são Conjuntos de elementos organizados e estruturados, autores como Abric (1994) e Flament (1994, como citado em Abric, 1994) desenvolveram o que chamamos de “teoria do núcleo central”. Neste quadro teórico, dizer que uma representação social é conhecida é dizer que seu núcleo central e seu sistema periférico são conhecidos.

Sabendo que para Abric (1994) a representação trata-se de um aglomerado de crenças, posições e informações a sobre um objeto específico, logo, para que possa ser analisado de maneira integral o conteúdo de uma representação, faz-se importante que observemos seu conteúdo assim como sua estrutura, ou seja, os elementos que as constroem podem ser hierarquizados mantendo a relação que determinam sua significação.

Esta categorização hierárquica possui uma organização própria, que lhe dá significado. Todos os elementos de uma representação estão organizados ao redor de seu núcleo central.

3.4.1.1. Núcleo Central e Periférico

Sá (1996) nos orienta que o núcleo central possui duas funções essenciais: a função geradora que cria e transforma significados dos demais elementos constitutivos de uma representação e uma função organizadora que determina a natureza dos laços que os unem, ou seja, suas relações.

Além disso, o núcleo central é o elemento mais estável de uma representação o que permite que em casos de mudança de contextos, seu elemento principal se mantenha o mesmo. Ele será o elemento mais resistente à mudança, entretanto, havendo uma mudança de núcleo também existirá uma mudança de representação.

Por esta razão é que duas representações serão diferentes quando estiverem organizadas em torno de dois núcleos distintos.

Campos (2003) entende que essa abordagem da teoria das representações sociais tem como foco torna-la mais utilizável na prática social principalmente no campo da pesquisa, visto que ela sistematiza e propõe uma metodologia de pesquisa.

Ainda para Campos (2003) o núcleo central como um subconjunto de elementos em torno do qual as representações sociais são organizadas, com isso propõe que o núcleo central das RS, trata-se de um núcleo figurativo, ou seja, uma reorganização de imagens de elementos cognitivos privilegiados por um determinado grupo, fazendo com que esses elementos tenham considerável autonomia na modelagem do conhecimento sobre um determinado objeto. “O núcleo central é responsável pela determinação do significado e pela determinação da organização do conjunto” (Campos, 2003, p.22).

Para Abric (1994) o sistema central cumpre a função geradora, visto que é a partir de seu conteúdo que são codificados os significados de outros elementos, assim como uma função organizadora, que determina a natureza dos laços que unem entre eles os elementos da representação.

Além disso tem a função organizadora, já que une e estabiliza a representação. Porém a teoria do núcleo central não se limita ao âmbito explicativo do processo de formação das representações, aplica-se também a estudos que visam entender o processo de transformação destas.

Para Santos (2003) a importância no núcleo central é tão grande, que ele constitui o elemento mais estável da representação e assegura sua permanência como tal e a centralidade de determinado elemento não depende só de quantas vezes ela aparece no discurso de um grupo, mas depende também de elementos qualitativos.

Sá (1996) defende que a valorização do núcleo como um subconjunto da representação composto de um ou alguns elementos de extrema importância, cuja ausência mudaria a significação da representação, fez com que as pesquisas se preocupassem mais em achá-las e sistematizá-las transformando os esquemas periféricos em coadjuvantes das representações.

Sá (1996) ainda discorre que autores como Abric (1994) e Flament (1994, como citado em Abric, 1994) deram-se conta da supracitada negligência tentando corrigi-la.

Campos (2003) afirma de não incorrer na negligência teórico-metodológica descrita acima, evidência que o sistema periférico é não menos importante que o núcleo central. O termo “periférico” por vezes causou uma ideia equivocada desse outro sistema que compõe uma representação social, visto que se não estivermos cientes de sua importância para o funcionamento de uma representação podemos dar a ele uma conotação de segunda categoria, de subconjunto de menor qualidade e menor importância.

Ainda para Campos (2003), ele é constituído pelos demais elementos da representação, promovendo a interface entre a realidade concreta e o sistema central, com isso, atualiza e contextualiza as determinações normativas e consensuais do sistema central.

É ele quem conversa com as ideias externas as RS podendo se modificar, flexibilizar, construir outras interfaces afirmando antes de tudo de proteger o Núcleo central de mudanças. No quadro abaixo podemos ver como Alves-Mazzoti, (2002 como citado em OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. (Org.), 2005) compara os 2 elementos:

Quadro 1 - Comparação entre os

Núcleo Central	Sistema Periférico
Ligado à memória coletiva e à história do grupo	Permite a integração das experiências e das histórias individuais
Consensual: define a homogeneidade do grupo	Suporta a heterogeneidade do grupo
Estável, coerente e rígido	Flexível, suporta contradições
Resiste à mudança	Transforma-se
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
Gera a significação da representação e determina sua organização	Permite a adaptação à realidade concreta e a diferenciação de conteúdo; protege o sistema central

Além disso, de acordo com Abric (1994) o sistema periférico possui 3 funções essenciais:

- A) Concretização, função na qual os elementos oriundos do processo de ancoragem permitem o entendimento da representação em termos concretos.
- B) Regulação; Processo onde os esquemas permitem a adaptação dos conteúdos e processos coletivos às mudanças do contexto externo.
- C) Defesa, na qual o sistema parece desempenhar o papel de neutralizar importantes modificações no meio, de modo a evitar as transformações bruscas do núcleo e evitar ataques aos elementos centrais por parte da realidade, ao sofrer uma mudança intensa.

Wolter, Wachelke e Naiff (2016) apontam que, desde a publicação do livro "O Núcleo Central das Representações Sociais" de Celso Sá em 1996, diversos trabalhos no campo das representações sociais no Brasil utilizaram-se da abordagem estrutural, porém ainda que Sá (1996) mostrasse muitas possibilidades de aplicação da abordagem estrutural em sua maioria foram utilizadas a análise prototípica. Esta forma de análise demonstra uma facilidade em sua aplicação assim como sua análise que conta com a ajuda do software Evoc e é utilizada como levantamento inicial da estrutura das representações mas que de certa forma não permite definir com segurança os elementos que compõe o núcleo central dos periféricos, trazendo á tona apenas o provável núcleo central e suas periferias, cabendo a outras técnicas estudarem a estrutura representacional e confirmar estas hipóteses.

4. Método

4.1 - Participantes

Para participar da pesquisa o sujeito precisou ser funcionário público do município escolhido, a saber o Município de Nova Iguaçu, na baixada fluminense do Rio de Janeiro. Para efeito de elegibilidade faz-se necessário saber que o Código Penal brasileiro (1940) assim define o funcionário ou servidor público:

Art. 327 - Considera-se funcionário ou servidor público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego, serventia ou função pública. § 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

Foi salvaguardado pelo pesquisador todas as formas de exercer cargo público vigentes no estatuto do município pesquisado.

Os servidores participantes foram abordados através de contatos feitos diretamente em espaços de grande circulação de servidores, assim como em seus ambientes laborativas, além de divulgação e coleta por meio eletrônico, a partir da ferramenta *Google Forms*®.

Cabe ressaltar que o Município foi escolhido como referência para a pesquisa por se tratar de um território onde vivem uma população de 797.435 habitantes, sendo a maioria da população composta de negros e pardos (63%) segundo o Censo de 2010 do IBGE, sendo também um dos primeiros Municípios da baixada Fluminense a adotarem a política de cotas raciais para concursos públicos no Estado do Rio de Janeiro.

4.2 - Amostra

Participaram 100 servidores públicos municipais de diversas secretarias e autarquias do território estudado, de forma facultativa e aleatória. O grupo foi constituído por 33,7% participantes do sexo masculino e 66,3% do sexo feminino.

Tabela1 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com sexo

Sexo masculino	67,4%
Sexo feminino	32,6 %

Participaram servidores estatutários, “pessoas legalmente investidas em cargo público art. 2º, do referido diploma legal. Sendo assim, estatutário é aquele que possui vínculo legal, o que lhe concede prerrogativas extraordinárias” (Brasil, 1997).

Assim como pessoas contratadas pela administração municipal direta, das diversas formas possíveis de acordo com a legislação vigente no momento da pesquisa. Com isto, foram entrevistados 33,7% servidores contratados e 66,3% de Servidores estatutários.

Tabela 2 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com vínculo com o setor público

Servidores contratados	33,7%
Servidores Estatutários	66,3%

A esses servidores foi facultado a possibilidade de declararem-se quanto a Cor / Raça tendo como opção as mesmas dadas pelo IBGE (2010), com isto 40,7% dos entrevistados declararam-se Pretos ou Pardos, 35,9% brancos e 4,3% indígenas.

Tabela 3 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com Cor / Raça

Preto	21,7%
Pardo	38 %
Indígena	4,3%
Branco	35,9%

Com relação a Escolaridade, os servidores declaram que 48,9% são Pós graduados, 32,6% possuem Nível superior, 17,4% possuem Nível médio e 1,1% nível Fundamental.

Tabela 4 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com Escolaridade

Pós graduados	48,9%
Nível Superior	32,6%
Nível médio	17,4%
Nível Fundamental	1,1%

Com relação a renda os entrevistados declararam que 5,4% recebem 1 salário mínimo, 21,7% recebem até 2 salários mínimos, 29,3% recebem até 3 salários mínimos e 41,3% recebem mais de 4 salários mínimos.

Tabela 5 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com Faixa Salarial

1 salário mínimo	5,4%
Até 2 salários mínimos	21,7%
Até 3 salários mínimos	29,3%
Mais de 4 salários mínimos	41,3%

Na amostra estudada, 39% dos servidores declararam serem contrários ao ingresso de servidores por meio de cotas raciais para negros e pardos nos setores públicos municipais.

Tabela 6 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com a concordância em relação a política de cotas

A Favor	61%
Contra	39%

Se separarmos esse grupo entre negros, pardos e indígenas e brancos teremos a seguinte porcentagem:

Entre pretos, pardos e indígenas

Tabela 7 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com a concordância em relação a política de cotas entre entrevistados pretos, pardos e indígena

A favor	68%
Contra	32%

Entre brancos:

Tabela 8 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com a concordância em relação a política de cotas entre entrevistados brancos

A Favor	55%
Contra	45%

4.3 - Procedimentos e instrumento de coleta de dados

Os sujeitos entrevistados responderam a um questionário com questões relacionadas ao seu nível de conhecimento sobre o tema das “Cotas étnico raciais para concursos públicos”, também foi perguntado idade, grau de instrução (escolaridade), forma de contratação no setor público (Estatutário ou Servidor contratado), além de serem submetidos a uma tarefa de evocação livre na qual foi solicitado que expressassem espontaneamente cinco termos que lhes viessem em mente quando apresentados ao termo indutor “**Cotas para negros e pardos em concursos Públicos**”.

Em uma segunda etapa foi solicitado que hierarquizassem por grau de importância as palavras ou expressões evocadas anteriormente, isto é, pedimos para que o próprio entrevistado analise, compare e coloque em ordem de importância sua própria produção, como nos indica Sá (1998).

Segundo a literatura pesquisada (Sá 1998; Naiff & Naiff 2005; Naiff & Naiff, 2008; Naiff, Naiff & Aguiar 2009) essa técnica combinada aproveita o material bruto nascido da associação livre e o organiza cognitivamente, permitindo uma reavaliação da ordem de evocação, de acordo com indicação de Abric (1994) “que advoga pela substituição do *rang* de aparição pelo *rang* de importância como produto final desta técnica de coleta de dados”

As respostas foram submetidas a uma análise com auxílio do programa de computador EVOC 2003 (*Ensemble de programmes permettant l'analyse des evocations*), cuja lógica computacional combina a frequência com que as expressões são descritas pelos entrevistados com a ordem em que cada um as evoca, permitindo apreender quais os elementos das representações sociais estão presentes de forma mais central na produção discursiva dos sujeitos.

O material final foi analisado utilizando a técnica de construção do quadro de quatro casas. A organização dos dados, seguindo esta orientação, nos oferece quatro quadrantes que irão determinar o provável grau de centralidade das palavras na estrutura da representação social. (Vergés, 1994, Oliveira; Marques, Gomes & Teixeira, 2005, Naiff, Naiff & Aguiar 2009).

Segundo esta técnica identificamos como prováveis elementos centrais da representação social, os temas localizados no quadrante superior esquerdo, que foram hierarquizados pelos entrevistados nos primeiros lugares e ao mesmo tempo os mais frequentes, já no quadrante inferior direito, estão localizados os elementos certamente da periferia, com baixa frequência e hierarquizados de forma secundária.

Nos próximos quadrantes, confundem-se elementos que tanto podem fazer parte de uma periferia próxima ao núcleo central, quanto de periferias distantes, porém o quadrante inferior esquerdo, que é composto por termos considerados importantes pelos entrevistados apesar de sua baixa frequência no corpus de análise, é denominado de zona de contraste.

Abric (1994) o considera desta maneira por revelar que existe de um grupo menor portador de uma representação diferente ou apenas ser composto de elementos que complementam a primeira periferia.

O questionário também foi acrescido de uma pergunta aberta sobre o tema, onde versava: “Em sua opinião as cotas para concursos Públicos para Negros, Pardos e Indígenas são necessárias? Por que?”

4.4. Análise de Dados

A FIGURA 1 apresenta um esquema da distribuição dos resultados gerados pela técnica de Evocação Livre, essa esquematização ocorre após serem cruzados os dados da frequência média das evocações com a média que foram citadas (evocadas) gerando quatro quadrantes, onde os elementos evocados se distribuem.

A técnica nos afirma que no quadrante que fica na parte superior a esquerda localizam-se os possíveis elementos centrais e no quadrante inferior direito estariam os elementos claramente periféricos nessa representação. Segundo Oliveira, D. C.; Marques, S. C.; Gomes, A. M. T.; Teixeira, M. C. T. V (2005, como citado em Moreira, A. S. P.; Camargo, B. V.; Jesuíno, J. C.; Nóbrega, S. M. (Orgs.), 2005), a lógica subjacente à técnica empregada é que os elementos que ao mesmo tempo tenham sido mais frequentes e mais prontamente evocados teriam maior probabilidade de pertencerem ao núcleo central da representação social estudada.

No segundo quadrante podemos observar a primeira periferia, que é composta pelos elementos periféricos de maior relevância da representação, visto que, possuem frequência de evocação elevada, porém, tardiamente evocados. No terceiro quadrante temos os elementos de contraste, considerados importantes pelos entrevistados apesar de sua baixa frequência total no corpus de análise (Naiff & Naiff, Aguiar 2005).

Abric (1994, p.64) entende que este último quadrante pode tanto “revelar a existência de um sub-grupo minoritário portador de uma representação diferente”, como também ser composto de elementos que complementem a primeira periferia. E por último, no quarto quadrante, teríamos os elementos notoriamente periféricos da representação, pouco e tardiamente evocados (Naiff, Naiff & Aguiar, 2009).

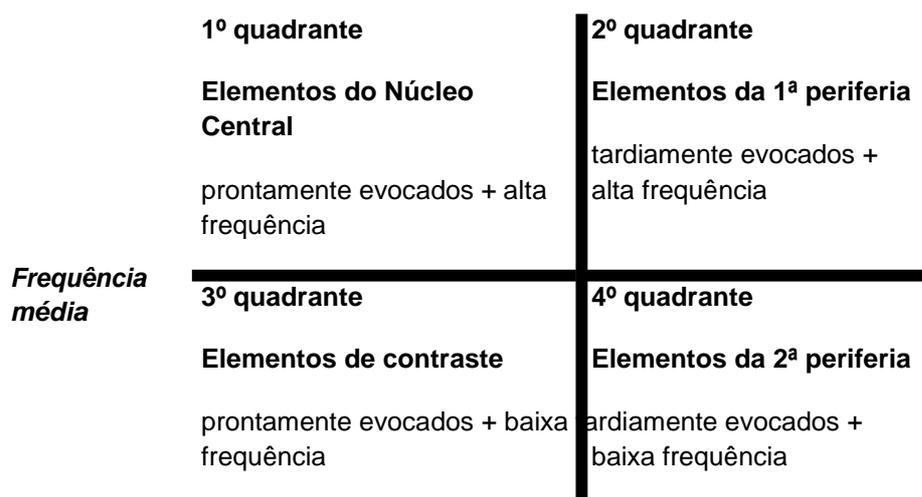


Figura 1: Representação esquemática da distribuição das cognições das representações sociais no modelo de evocação livre.

5. Resultados

5.1. Análise dos quadrantes

A figura 2 apresenta a provável estrutura da representação social dos servidores do Município estudado acerca da temática “**Cotas para negros e pardos em concursos Públicos**” com isso podemos observar os elementos que predominaram na produção discursiva dos entrevistados.

<3,0 ordem média de evocação ≥3,0					
Igualdade	32	2,41	Desigualdade	26	3,27
Justiça	31	2,36			
Reparação	23	2,85			
			Frequência ≥ 19		
Frequência < 19					
Injustiça	18	2,58	Desnecessário	13	3,10
Direito	18	2,56	Discordo	13	3,00
Equidade	15	2,87	Racismo	7	3,00
oportunidade	18	2,89			
Preconceito	17	2,35			
Contra	9	2,33			

Figura 2: Representação da distribuição das cognições das representações sociais dos Servidores Municipais sobre “Cotas Raciais para Concursos Públicos “

De acordo com a técnica da evocação livre, estes elementos fazem parte de um provável núcleo central da representação estudada, neste caso, cotas raciais para negros e pardos no setor público e apresentam-se estruturados em torno de elementos que justificam sua implementação.

Estes largamente divulgados e difundidos por quem defende esta proposta, quais sejam: a igualdade entre cores / Raças, a justiça e a reparação histórica do preconceito racial existente em nossa sociedade.

Aqueles que motivam-se a defesa das ações afirmativas aludem ao fato de existirem setores sociais, principalmente os mais concorridos, como vagas em concursos públicos para o alto escalão dos servidores, ingresso nas universidades públicas e cargos de Chefia e liderança em grandes empresas onde existe notadamente seletividade racial nos processos, seja pela existência de racismo institucional ou seja pela questão de falta de oportunidade vivenciada pela população negra no Brasil que faz com que esses não consigam acessar os espaços supra descritos (Agostinho & Filho 2011).

O conceito de Igualdade é o primeiro, portanto o mais forte de acordo com a técnica de evocação. O artigo 5º de nossa Constituição Federal (Brasil, 1988) versa sobre igualdade afirmando que somos todos iguais perante a lei. Porém este mesmo artigo é citado por aqueles que colocam-se contrários as políticas de cotas. Para esse estudo, todos os que evocaram este termo fazem parte do grupo (61% dos entrevistados) que declaram-se a favor da política de cotas, deixando claro que o termo aqui descrito trata-se de um ideal onde acredita-se que as cotas raciais podem promover igualdade racial/social.

Seguido de Justiça e reparação que são conceitos que aparecem. Esses mesmos conceitos aparecem no primeiro quadrante na pesquisa de Naiff, Naiff e Louback (2013) sobre cotas, realizada com estudantes universitários.

No quadrante superior direito são encontrados elementos periféricos mais importantes da representação estudada, por isso, esta área é chamada de 1ª periferia. Nela aparecem elementos que de certa forma corroboram com o posicionamento contrário ao grupo que defende a implementação de ações afirmativas, observamos a cognição “desigualdade” como prioritária neste quadrante. Como trata-se de um termo que pode versar tanto sobre as desigualdades sociais

que o sistema impõe a pretos e pardos, quanto compreendermos esse processo como desigual e injusto, fez-se necessário observar qual o posicionamento dos sujeitos pesquisados acerca do objeto da pesquisa.

Estes sujeitos em sua maioria faziam parte do grupo (39% dos pesquisados) que se colocaram contra a implementação da política, o que nos leva a crer que esta cognição trata-se então de “desigualdade” entre as Raças / Cores o que tornaria, para esses sujeitos o processo injusto e desigual, podemos encontrar dados semelhantes em outras pesquisas sobre cotas Raciais, como os encontrados por Naiff, Naiff e Souza (2009) e por Silva e Silva (2012) , mostrando que ainda que para seleções diferentes, tanto os conceitos do núcleo central que coadunam com o que é amplamente difundido por quem é a favor quanto os periféricos que em sua maioria versam sobre a contrariedade da aplicação da política, ainda que mudem o termo em si, modifica-se pouco sobre o que representa, demonstrando que independente do fim da política afirmativa ela sempre suscita cognições que nos levam aos conceitos de Justiça / Injustiça e mérito.

No quadrante inferior esquerdo essas dimensões contrárias aparecem de forma mais marcante porém misturam-se com dimensões a favor das políticas afirmativas, refletindo claras crenças e atitudes, quais sejam: o entendimento de que as ações afirmativas constituem injustiça no processo de seleção por concurso, à possibilidade de gerar segregação racial dentre os servidores, e a possibilidade igual para todos de estudarem e serem aprovados em concursos públicos, é nesse quadrante que temos os elementos de contraste, considerados importantes pelos entrevistados apesar de sua baixa frequência total no corpus de análise (Naiff & Naiff 2005), logo, apesar de não aparecerem como núcleo central é nessa periferia que podemos ver além do que a representação apresenta prioritariamente. É provável que por esse motivo aqui tenhamos tanto cognições contra quanto cognições a favor do objeto estudado.

Encontra-se na literatura algumas explicações para a cognição de “injustiça”, que sempre surgem nos estudos sobre políticas afirmativas, uma delas é o fato de no Brasil sermos uma população quase toda mestiça, Munanga (2006) usa como exemplo a crítica de Fry (2005 apud Munanga, 2006), nela o antropólogo, um dos principais críticos teóricos as cotas, versa que a política de cotas, vem para construir

no Brasil uma separação entre raças, desfazendo a mistura racial que aqui há, afim de produzirem duas raças a dos negros e a dos não negros trazendo para o país que possui uma identidade social um conceito de país com duas raças, conceito esse defasado para o autor, reforçado pela pesquisa do Professor Sérgio Danilo Pena que mostra os brasileiros, ainda aqueles com fenótipos mais próximos ao europeu, têm em porcentagens algum marcador genéticos africanos ou indígena confirmando a inexistência de Pureza étnica brasileira”. Munanga (2006) porém adverte que toda população tem a ideia de que somos um país miscigenado, mas que raça é uma questão social e política e não genética.

No último quadrante podemos ver elementos que complementam a primeira periferia, concordando com o grupo contra a implementação da política estudada.

É interessante que ao observarmos os dados dos quadrantes oriundos da estrutura observacional, temos informações que podem parecer contraditórias, já que o provável núcleo central mostra-se todo de acordo com a estrutura ideológica que tem como referências as justificativas utilizadas pelos sujeitos e grupos que são a favor da implementação de cotas raciais e enquanto as cognições contrárias só vão aparecer nas periferias da representação, onde claramente podemos destacar o discurso meritocrático.

Cabe ainda destacarmos que algumas questões no cenário social também são carregadas de pressões normativas, dentre estas questões discriminatórias, levando aos sujeitos de um determinado grupo a construírem cognições que estão presentes no imaginário, porém são formados por elementos que tem resistência a serem verbalizados, este campo representacional é denominado por Abric (1994) “zona muda das representações sociais” que é definida como um subconjunto específico de cognições ou de crenças, que, mesmo sendo disponíveis, não são expressadas pelos sujeitos nas condições normais de produção e que se forem expressas (notadamente em certas situações) poderiam questionar os valores morais ou as normas valorizadas pelo grupo Abric (1994) diz que esse fenômeno aconteceria, sobretudo, para determinados tipos de objetos mais sensíveis, fortemente marcados por valores e regras sociais.

Nesta perspectiva, Oliveira e Costa (2007) asseguram que os entrevistados escolhem os aspectos expressáveis da representação de um objeto por conta da normatividade que percebem estar no foco da situação em que se encontram, logo,

apresentam aquilo que imaginam ser uma resposta socialmente aceitável. Exatamente, nessas situações existem duas facetas da representação: uma representação socialmente explícita, verbalizada pelos sujeitos e uma segunda parte da representação, não explícita em determinados contextos pelos sujeitos, a qual consistiria em uma zona muda das representações sociais.

É importante ressaltar que essa zona muda ou mascarada não consiste em uma parte inconsciente das representações. Ela é consciente, entretanto não pode ser expressa claramente pelos indivíduos, por causa da situação social em que se dá a sua produção (Abric, 1994).

A zona muda é um subconjunto específico de cognições e de crenças que, mesmo disponíveis, não são expressas pelos sujeitos nas condições normais de produção e, se assim o fossem, poderiam pôr em questão os valores morais ou as normas valorizadas pelo grupo. Assim, a zona muda existe porque em toda situação (em algumas, em especial) há normas sociais, tendo aquela, portanto, caráter contra normativo (Oliveira & Costa 2007)

Logo, hipoteticamente podemos explicar essa pretensa contradição entre cognições favoráveis constituintes de um provável núcleo central da representação social e uma atitude majoritariamente desfavorável é que os elementos contra normativos estariam presentes nesta zona muda da representação social sobre cotas para negros e pardos para ingresso no Serviço Público Municipal.

5.2. Análise das questões abertas

As questões abertas e fechadas questionam: concordância acerca do sistema de cotas raciais assim como sua justificativa; além de dados pessoais como Idade, Cor / Raça, Gênero, Vínculo com o Serviço público, escolaridade e faixa salarial a fim de enriquecer e qualificar os dados, que foram lidos e analisados em conjunto para uma compreensão ampla dos conteúdos discursivos compartilhados.

Cabe ressaltar que o conceito de raça aqui utilizado é como para Azevedo (2004) onde a cor ou a raça de um sujeito é confirmada ou negada pelo olhar do

outro ou seja, raça é um conceito social, é como a sociedade vê e trata o sujeito e não se efetivamente ele pertence a determinado grupo étnico, por isso foi auto declarativa sem juízo do entrevistador.

Analisando os dados das evocações juntamente com os das perguntas abertas e fechadas que pudemos perceber que os servidores que se declararam brancos colocam-se mais contra a política afirmativa que os servidores auto declarados negros e pardos (32% entre Negros e pardos e 45% entre brancos), outras pesquisas como as de Holzer (2010) mostram que pode existir a sensação de ‘injustiça’ pelo fato de se perceberem discriminados em relação aos outros sujeitos que se beneficiaram das cotas se beneficiaram pelas cotas.

Nos EUA, por exemplo, a questão das cotas direcionadas à raça sem nenhuma outra questão envolvida, tendem a apresentar algo como um “racismo reverso”. Resultado, assim como neste trabalho são encontrados em outras pesquisas acerca de ações afirmativas (Naiff, Naiff & Souza 2009, Naiff, Naiff & Louback 2013) ambos os entrevistados advogam pela necessidade mais premente de uma modificação nas políticas do Brasil, principalmente no que tangem as cotas sociais e que estas dariam conta da questão da exclusão que envolve os negros no Brasil, visto que são majoritariamente pobres pelas questões históricas aqui já amplamente explicitadas.

Na pesquisa de Naiff, Naiff e Louback (2013) de acordo com os dados das perguntas abertas 86% dos sujeitos negros e pardos entrevistados se declararam a favor das cotas raciais, enquanto que apenas 10% dos não negros e pardos se declararam a favor.

Os favoráveis entre negros e pardos, a maioria acha que deve favorecer prioritariamente as escolas públicas e as questões mais sociais. Dentre os 70% contrários às cotas no grupo de entrevistados negros e pardos, a maioria acha que favorece o preconceito, esse conceito também aparece nesta pesquisa dentre os que se colocam contra a política.

Abaixo algumas falas representativas das respostas dadas pelos sujeitos deste trabalho, auto declarados brancos, que se posicionam contra as cotas raciais.

“Não se mede conhecimento ou capacidade por questões raciais” (sujeito 91, branco).

“Não acho necessário, pois temos no concurso público uma formação mínima exigida, e a partir disso, não acho justa a cota para concurso” (sujeito 04 branco).

“Não acho necessário, pois como a constituição diz que somos todos iguais, devemos ter condições de concorrer todos igualmente”. (sujeito 30 branco)

“Não. Acredito que eles (pessoas negras e pardas) têm capacidades. É desnecessário cotas, pois são capazes de conseguir tudo que querem e se esforcem para conseguir. Na minha opinião cotas são discriminação (sic). É como se eles precisassem de ajuda para conseguir êxito, o que eu discordo, a capacidade deles (Negros e Pardos) e de todos nós não está na cor ou etnia” (sujeito 28 branco).

Ao se posicionarem **contra** o projeto da política de cotas raciais, os servidores entrevistados estabeleceram que este projeto não proporciona uma contribuição real para os que se beneficiam da política, trazendo como argumento principal que, o que deve prevalecer é a Igualdade de deveres, direitos e capacidade meritocrática, como exemplificado nos argumentos a seguir:

“Todos devem estudar enfrentar seus desafios e conseguir suas conquistas” (Suj 34, branco)

“Somos todos iguais perante a lei e em capacidade, deveríamos lutar por Igualdade” (Suj 22, Pardo)

“Não são necessárias (as cotas raciais para concurso público) todos temos a mesma capacidade de passar em um concurso, basta que nos esforcemos” (Sujeito 94, Branco)

“Não, porque se estamos no mesmo nível escolar devemos concorrer da mesma maneira” (Sujeito 69, branco)

“Não acredito que sejam necessárias, pois isso acaba gerando um preconceito e é inconstitucional. Entendo o motivo das atuais cotas existentes,

devido a todo um histórico de graves preconceitos raciais, mas, estamos evoluindo enquanto país, e hoje, qualquer etnia pode ser capacitada, e ter acesso, a conquistar sua própria vaga.”(Sujeito 70, Branco)

Os que se colocaram **a favor** acreditam que esta política é um tipo de ação promotora de igualdade de oportunidades e direitos possibilitando uma mudança nos paradigmas sociais para a população negra, como exemplificado nos argumentos a seguir:

“Sim porque asseguram condições justas de concorrência, garantindo, portanto que seja possível a esses grupos a mudança da própria realidade.” (Sujeito 71, Preto)

“É uma forma eficaz de resgatar mais de trezentos anos de escravidão do povo negro que nesse tempo foram tirados todos os direitos fundamentais tais como liberdade todo tipo de cultura principalmente tirando ou não deixando que o povo negro tivesse oportunidade de se educar e uma forma de justiça social e uma obrigação e um dever do estado brasileiro fazer justiça social o povo negro e maioria da população e maior parte da população analfabeta ou sem curso superior graças a injustiça que se deu no período de escravidão e que permanece até os dias de hoje o povo negro e indígena com curso superior vai abrir portas de emprego e vai fazer com que eles tenham condições de defender seus direitos como advogados, médicos empresário e políticos. Tendo voz pra falar e exigir melhores condições de vida numa tentativa não de igualar mas de diminuir a discriminação intelectual cultural e social e econômica” (Sujeito 72, preto)

“Em virtude da condição histórica dos negros, pardos e indígenas ao longo do desenvolvimento da realidade brasileira, e principalmente, porque tais grupos estão incluídos majoritariamente nas classes socioeconômicas menos favorecidas” (Sujeito 21)

Tanto sujeitos que se posicionaram favoráveis quanto os que se posicionaram de maneira contrária a política de cotas, em comum propuseram que as dificuldades encontradas pela população negra para acesso as vagas no serviço público se dão devido à precariedade na educação básica no país.

Desta maneira cabe ao Estado prover uma educação de qualidade. Porém aqueles que são contrários a política acreditam que por conta disso a política de cotas é desnecessária ou uma forma do Estado não se incumbir de sua obrigação em melhorar a educação básica nos pais, já os favoráveis acreditam que tanto a política de cotas como a melhoria na educação básica são questões importantes, justas e que devem ocorrer de maneira concomitante até que tenhamos um quadro de mais igualdade no país. Podemos ver em algumas ilações a seguir:

“Não, pois não se mede conhecimento ou capacidade por raça. O necessário seria mudar o ensino de base para dar as mesmas condições de ensino para qualquer pessoa e conseqüentemente as mesmas condições para disputar uma vaga” (Sujeito 15, Pardo)

“Acredito que inserindo essas pessoas nas universidades e dando um ensino de qualidade essas cotas não são necessárias” (sujeito 82, pardo)

“O que deve haver é um fortalecimento da educação Básica” (sujeito 52, Pardo)

Sim (Sou a favor da política de cotas). Porém o que falta é uma melhor política educacional” (sujeito 29 Preto).

“As cotas para negros, pardos e indígenas são necessárias porque, dentre outros fatores, as cotas estudantis não dão conta da fase seguinte à profissionalização: a inserção no mercado de trabalho. Mesmo no âmbito dos concursos públicos onde hegemonicamente não está vinculada a uma seleção pela estética, o processo seletivo em si prioriza um conjunto de saberes dos quais as populações negras, pardas e indígenas de forma geral não têm acesso com a mesma qualidade, como os conteúdos de nível fundamental e médio do que a etnia branca. Mesmo quando se trata de cargos de nível superior, onde as pesquisas sobre desempenho acadêmico têm comprovado o desempenho acima da média dos cotistas em relação aos não cotistas, as seleções em concursos de forma geral não são estruturados para identificar quais são os melhores profissionais daquela área e sim quem de forma genérica pode se dedicar a uma carga de estudo que permitia decorar conteúdos, sem necessariamente se apropriar deles. Alguns destes conteúdos, se não muitos, se quer possuem relação com a função ou cargo

concorrido. Além disso a possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos não é uma realidade para esses grupos étnicos, que rotineiramente tem que compartilhar a vida acadêmica com atividades de labor, por vezes braçal e sem qualquer relação com sua formação, consequência de uma construção história que negou a esses grupos o direito aos cuidados próprios ao seu desenvolvimento, seja na infância ou adolescência, com a falta de perspectiva de inserção no mercado de trabalho em atividades onde a educação fosse valorizada e por vezes inseridos no trabalho infantil, como instrumento de construção de valores e não como desrespeito aos seus direitos e inviabilizador de perspectiva de vida de maior qualidade.” (sujeito 32, branco)

“Ainda não tenho posição. Entendo que é necessário ter mais representatividade nos serviços públicos, entendo que isso melhora o acesso e diminui o preconceito, mas realmente não consigo ver a cota como a melhor maneira de garantir que isso aconteça, deveríamos ter uma educação melhor e de qualidade para todos.” (sujeito 34, branco).

Alguns sujeitos, tanto que se posicionaram contra quanto que se posicionaram a favor também colocaram que as cotas seriam melhor aproveitadas caso tivessem um recorte Socioeconômico e não estritamente racial:

“ Amenizam uma herança histórica de injustiça com os negros e índios. Deveria a meu ver ser por renda.” (sujeito 20, pardo).

“Vivemos em uma sociedade com oportunidades extremamente desiguais, com as cotas, tentamos combater essas discrepâncias até que tenhamos uma sociedade mais equilibrada com direitos sendo respeitados e realmente para todos, elas serão necessárias. Só acredito que deveriam ter um enfoque na renda também” (Sujeito 35, branca)

Esses resultados coadunam com as algumas pesquisas já realizadas no Brasil que mostram representações positivas em relação a políticas educacionais como forma de política afirmativa em detrimento à política de reservas de vagas em cotas (Brandão, 2004; Camargo, 2005; Santos, 2004 , Naiff, Naiff e Souza 2009;

Naiff, Naiff & Louback 2013), isso também já nos apresenta Munanga (2004), grande defensor de ações afirmativas, versa que por vezes o sistema de cotas raciais está pautado em lutas apaixonadas que se afastam da necessária racionalidade de tal ação.

Os dados das perguntas abertas corroboram a leitura dos prováveis núcleos centrais dos grupos pesquisados. Podemos perceber que o motivo que levou a maioria dos sujeitos que se posicionaram contra o sistema de cotas raciais consiste na ideia de que este estimularia a desigualdade e o preconceito, Munanga (2004), pontua que as cotas são medidas transitórias, que devem observar não só os negros, mas brancos pobres têm direito às cotas, ainda que por outras questões.

Ele é enfático ao lembrar que a desigualdade social, há séculos perdurando no país, não poderá ser resolvida somente por meio de políticas universalistas, além disso muitos pontuam sobre a impossibilidade de se pensar quem é negro e quem não é no Brasil devido a miscigenação.

Sobre isso Munanga (2004), propõe “O que conta no nosso cotidiano ou que faz parte de nossas representações sociais do negro, do branco, do índio, do amarelo e do mestiço não se coloca no plano do genótipo, mas sim, do fenótipo, num país onde, segundo Oracy Nogueira, o preconceito é de marca e não de origem” (p.123).

Já no Brasil, para Naiff, Naiff, Louback (2013) “os mais pobres, em geral os negros, continuam mais pobres e da mesma forma os pardos, que são resultantes da miscigenação. E essa miscigenação significa diferenças na convivência gerando a confusão no auto declaração encontrada em algumas pesquisas” (p.70).

Considerações Finais

As ações afirmativas vêm ganhando espaço no Brasil desde o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2003, essas ações aos poucos promovem uma maior diversidade étnica nos espaços, seja nas universidades públicas ou na ocupação de cargos no setor público por via de concursos.

Esta dinâmica tem se dado prioritariamente por meio de ações afirmativas que tem como foco a mudança de paradigma social da população negra. Ainda que sejam ações que trazem avanços elas podem ser controversas e geradoras de polêmicas onde são implantadas. Por isso o meio acadêmico vem fomentando e fortalecendo o debate e as pesquisas sobre a temática.

A maior parte da literatura visitada (Cappellin, 1995 Dudham, 2003 Campos & Loureiro, 2003; Balbino, 2004; Camargo, 2005; Naiff & Naiff 2005; Fry, Maggie & Grin 2005; Naiff, Naiff e Souza, 2006, Naiff, Naiff & Louback, 2013) ao tratar das representações sociais sobre ações afirmativas para a população negra o faz tendo como objeto cotas raciais para ingresso nas universidades públicas, isto porque foi o primeiro ambiente onde tivemos a instituição de ações afirmativas no que diz respeito a cotas, porém na pesquisa de Holzer (2010) nos EUA é possível perceber que os resultados costumam ser próximos independente de qual ação afirmativa estamos tratando, tornando possível fazer aproximações entre este trabalho e os trabalhos supracitados.

De maneira similar ao encontrado nessa pesquisa, a pesquisa de Naiff, Naiff & Louback (2013) estudando amostras de estudantes cotistas e não cotistas de duas universidades da região metropolitana do Rio de Janeiro, encontraram os seguintes resultados: Para os sujeitos entrevistados é de mais fácil acolhimento as cotas sociais que auxiliem pessoas pobres e oriundas de colégio público à cotas raciais, isso por haver um entendimento de que as cotas poderiam aumentar o clima de tensão sobre a discriminação racial.

Além disso aparece nos discursos algo sobre a impossibilidade de se saber quem é negro de fato no Brasil sendo difícil definir quem por direito deve acessar os

benefícios das cotas raciais. Outros trabalhos também encontraram resultados próximos como os de Naiff, Naiff e Souza (2009), Balbino (2004), Camargo (2005) e Naiff, Naiff & Louback, (2013). A discussão sobre quem é negro no Brasil está muito bem fundamentada na pesquisa de Rosemberg (2004) assim como na de Munanga (2006).

Para Rosemberg (2004) é negro o sujeito que se auto classifica como preto ou pardo conforme os procedimentos do IBGE, porém ele destaca que é importante planejamento de estratégias para que pessoas que não fazem direito ao uso da cota racial declarem-se negras por oportunismo, já para Munanga (2006) não é simples definir quem é negro no Brasil, visto que é um país onde foi construído um desejo de branqueamento pela população negra, teoria também defendida por Carone e Bento (2012), ainda para o autor (Munanga, 2006) existem pessoas negras que introjetam o branqueamento e não se declaram negras, desta forma a identidade negra é um processo árduo, ele deixa claro que o conceito de negro e branco no Brasil tem fundamento étno-semântico e político mas não biológico.

Ao analisarmos os dados da pesquisa, podemos perceber o antagonismo dos termos presentes nos quadrantes, essa divergência toma forma e se explica de maneira mais clara no discurso dos sujeitos na questão aberta. Enquanto a representação social das cotas para aqueles que se colocam favoráveis estruturam-se ao redor de elementos positivos e que justificam a política afirmativa dentro de uma cognição ideologizada que faz referência às justificativas utilizadas pelos defensores das cotas para negros e pardos em concursos, para o grupo que se coloca contrário, a cognição é representada por elementos negativados, colocando a ação afirmativa objeto do estudo como geradora de injustiças que aumenta o preconceito e tira do concurso público o efeito meritocrático que lhe é característico, isto nos remete a algumas reflexões sobre o processo de construção e circulação das representações sociais presentes na obra de Moscovici (1984), o autor coloca que no cotidiano os sujeitos realizam uma análise dos fatos e constroem um *modus operandis* que tem impacto sobre toda sua vida, nas relações interpessoais, nas suas escolhas e na maneira que irão passar as informações para outras gerações. Notícias, ideologias e a ciência alimentam as representações sociais, porém estas

informações ao chegarem a um determinado grupo sofrem um processo de transformação para então passarem a fazer parte da vivência cotidiana.

Segundo Alves-Mazzoti, (2002 como citado em OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. (Org.), 2005), a teoria das representações sociais é promissora nos estudos sobre questões importantes do cotidiano por sua relação com as práticas sociais, por desempenhar um papel importante na construção de identidades pessoais e coletivas, pela possibilidade de prever prováveis comportamentos de um grupo, assim como verificar conflitos existentes entre sentidos diferentes e opostos atribuídos a um mesmo objeto por diferentes grupos, isso porque as representações são construídas pelo grupo, para ele mesmo em relação a um objeto. Sendo as palavras igualdade, justiça e reparação prováveis elementos do núcleo central da representação sobre o objeto estudado, é possível afirmar que os sujeitos favoráveis as cotas acreditam no sua potência como política pública que tem como uma das metas reparar, em partes, a dívida histórica que o período onde seres humanos negros foram escravizados no Brasil, colocando o negro em uma situação sacrificiosa em sua vivência cotidiana, cabe ressaltar que essas mesmas palavras surgem como provável elemento do núcleo central na pesquisa de Naiff, Naiff & Louback, (2013) no que diz respeito aos alunos cotistas, em sua maioria a favor da política afirmativa. O grupo estudado deixou para as periferias da representação possíveis problemas que a política de cotas podem trazer como a sensação de injustiça sobre os sujeitos que não são diretamente alcançados por ela.

Ambos os grupos (os que se posicionam contra e os que se posicionam a favor das cotas) sugerem que uma melhora na educação de base e na universidade seria uma solução viável para o problema apresentado, porém os favoráveis acreditam que trata-se de medida complementar as cotas, já os contrários acreditam que a melhoria no ensino deveria ser uma política pública substitutiva a política de cotas, resultado também encontrado por Fry, Maggie e Grin (2005) e Holzer (2010).

Outro ponto levantado pelos entrevistados é um questionamento sobre à necessidade de existir um sistema de cotas raciais visto que um sistema de cotas socioeconômicas poderia contribuir de maneira mais justa na reparação histórica que instituiu as ações afirmativas no Brasil.

Os sujeitos da presente pesquisa refletem em suas representações sociais posições dos grupos dos quais fazem parte como servidores públicos de uma cidade metropolitana, em sua maioria possuem pós graduação e recebem acima de 4 salários mínimos.

Estamos falando aqui de um grupo, em sua maioria, culturalmente esclarecido e que de alguma maneira já participou deste debate em outros momentos, por isso os termos que surgem estão diretamente ligados ao que é ventilado socialmente na mídia, nas redes sociais e na militância. afirma que a finalidade das representações sociais é dar significado os acontecimentos da vida cotidiana tendo como guia uma serie de interpretações grupais, fazendo com que os indivíduos ajam de acordo com esses acontecimentos.

Em concordância Sá (1998) apresenta que as representações sociais fazem parte do que o autor chama de “universo consensual”. Esse universo está inserido nos grupos sociais e neles são difundidos, estando em um constante movimento de mudança. As representações sociais, nos dão algumas pistas sobre a origem de determinadas regras e valores sociais.

O presente trabalho se propôs a levantar representações sociais de grupos de Servidores Públicos Municipais beneficiados ou não pelo sistema de cotas. Os dados aqui apresentados mostram o conhecimento produzido em conjunto por esse grupo taxionômico, este conhecimento serve para a criação de uma identidade, justificativa para ações e comportamentos e regras sociais para esses grupos em relação à temática sugerida.

Neste estudo, mais do que apresentar um posicionamento ideológico foi apresentado um estudo científico que fez emergir representações sociais do grupo estudado sobre as cotas raciais para concursos públicos, tema novo no universo das políticas afirmativas e principalmente nos estudos em representações sociais, nos cabendo então propor uma ampliação e qualificação do debate, considerando como diversos grupos estão lidando com a questão aqui apresentada, soma-se a isto, a necessidade de um número maior de pesquisas além de um foco dos responsáveis pelas elaborações e implementações de ações afirmativas para que estes produzam junto a academia suas pesquisas enriquecendo o debate e a saber científico no

intuito de produzir um conhecimento que seja útil tanto para o campo das ações afirmativas como um todo, para as cotas raciais para concursos públicos em específico e para as pesquisas em Representações Sociais.

6 - Referências Bibliográficas

Abric, J.C. (1994). *Práticas sociais y representaciones* (pp.33-52). México, Filosofia y Cultura Contemporanea.

Abromoway (2004) Miriam Castro, Mary Garcia e SILVA, Lorena Bernadete da. *Juventude e sexualidade*, UNESCO, Brasília: Brasil.

Agostinho, L. O. V.; Filho, V. B. Por um olhar democrático às ações afirmativas. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, Brasília, v. 92, n. 232, p. 455-476, set./dez. 2011.

Brandão, Augusto (2004). *Avaliando um pré-vestibular para negros*. Caxambu, MG: 27ª Reunião Anual da ANPED.

Azevedo, C. M. M (2004). *Cota racial e estado: abolição do racismo ou direitos de raça?*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 213-239.

Balbino A. B. (2004) O caráter democrático das ações afirmativas: considerações sobre os impactos sociais da implementação das políticas de cotas na UERJ e suas possíveis contribuições ao processo de democratização do ensino no Brasil. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

Brasil (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1824. Recuperado em 29 Dezembro, 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm

Carone, Iray; Bento, Maria A S (2002); *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre a Branquitude e branqueamento do Brasil*. Ed Vozes, Petrópolis.

Camargo, E. P. R. O (2005). *Negro na Educação Superior – perspectivas das ações afirmativas*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

Campos, P. H. F.; Loureiro M. C. S. (2003). *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: Editora da UCG p. 37-57.

Cappellin, P. (1995). *Ações afirmativas: uma estratégia para corrigir as desigualdades entre homens e mulheres*. Centro Feminista de Estudos e Assessoria.: Discriminação positiva, ação afirmativa: em busca da igualdade. Brasília: CFEMEA, p.13-31,

Chamon, E. M. Q. O. (2006). *Representação social da pesquisa pelos doutorandos em ciências exatas*. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 21-33,

CFP - Conselho Federal de Psicologia, (2013). *Relações Raciais: Referências técnicas para a prática do(a) Psicólogo(a)*. Brasília

Domingues, P. (2005 a). O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos Latinoamericanos*, número 010. Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal Universidad Autónoma del Estado de México.

Domingues, P. (2005 b). Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, no.29 Rio de Janeiro Mai /Ago.

Dudham, A. (2003). *Desigualdade educacional e cotas para negros nas universidades*. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 66, p. 3-22.

Fry, P.; Maggie, Y.; Grin, M. (2005). *Percepções de desigualdade, equidade e justiça social no ensino superior: o caso da UFRJ*. Museu Nacional, RJ.

Góes, W. L. (2008); Genocídio da juventude negra: da acumulação primitiva a superfluidade BIS. *Bol. Inst. Saúde (Impr.)* no.44 São Paulo abr.

Gomes, J. B. B. (2001). *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, p. 67-69.

Gomes, J. B. B. (2003, como citado em SANTOS, R. E. dos; LOBATO, F.(Orgs), 2003).

GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (2011) "Ações afirmativas". Recuperado em 03 de maio, 2017 de [www.http://gema.iesp.uerj.br/dados/o-que-sao-acoes-afirmativas.html](http://gema.iesp.uerj.br/dados/o-que-sao-acoes-afirmativas.html)

Holzer, J. H. (2010). *Valorizar a diversidade através da ação afirmativa: o que os outros países podem aprender com a experiência dos Estados Unidos*. Georgetown University. The Urban Institute, p. 212-223. Washington, DC., EUA.

Hasenbalg, Carlos (1979). *Discriminação e Desigualdades Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

Heringer, R. (2002) Desigualdades raciais no Brasil: Síntese de Indicadores e desafios no Campo das Políticas Públicas. *Cad. Saúde Pública*, n. 18 (suplemento), p. 57-65.

Ianni, O. (2004). *Preconceito racial no Brasil*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n.50, p. 6-20.

Jacques M. G. C., Strey, M N., Bernardes, B. M. G., Guareschi, P. A., Carlos, S. A.;Fonseca, T. M. G., (2000). *Psicologia social contemporânea*. (3ª Ed.) Petrópolis: Vozes

Jodelet, Denise (Org.) (2001). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 173-86.

Mafesolli, M., (1987). *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

Moehlecke, S. (2000). *Propostas de ações afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior*. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Moreira, A. S.P.; OLIVEIRA, D. C. (1998). *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. Goiânia: AB,. p.27-38.

Moreira, A. S. P.; Camargo, B. V.; Jesuíno, J. C.; Nóbrega, S. M. (Orgs.), (2005). *Perspectivas teorico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: Editora UFPB.

Moscovici, S. (1978), S. *A representação social da psicanálise*. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (2003). *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro, Vozes.

Munanga, K., (2004). *A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil*. Estudos Avançados, v.18, n. 50, p.51-56.

_____. (2006). *Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil – Um Ponto de Vista em Defesa de Cotas*. Revista espaço acadêmico, Ano III, Nº22.

Naiff, D. G. M.; Naiff, L. A. M.; Souza, M. A., (2009). *Representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras*. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, Rio de Janeiro. v.9, n.1, p. 219 -232.

Naiff, D. G. M.; Naiff, L. A. M. (2005). *A favela e seus moradores: culpados ou vítimas*. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, N.2.

Naiff, D.M.; Naiff, L. A. M., Louback, E. (2013). *Representações Sociais das cotas raciais em duas Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro: um estudo comparativo*. Revista Educação e Cultura contemporânea, vol 10 No 20.

Nogueira, I. B., (1998). *Significações do Corpo Negro*. 174 fl. Tese Doutorado em Psicologia escolar e do desenvolvimento humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Oliveira, D. C.; CAMPOS, P. H. (Org.) (2005). *Representações sociais, uma teoria sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Museu da República.

Oliveira, D. C. e C., T. L. da, (2007). A zona muda das representações sociais sobre o portador de HIV/AIDS: elementos normativos e contranormativos do pensamento social. *Psicologia: teoria e prática*. v.9 n.2 São Paulo.

Piovesan, F., (2005). Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. Faculdade de Direito e Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124,: Políticas Inclusivas e Compensatórias. Fundação Carlos Chagas, em co-edição com a Editora Autores Associados.

Romão, J. (Org.) (2005). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 65-78.

Rosemberg, F., (2004). O branco no IBGE continua branco na ação afirmativa? *Estudos Avançados*, v.18, n. 50, p.61-66.

Sá, C. P. de, (1996). *Núcleo Central das Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1

_____. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Sá, C. P. de; Arruda, A. (2000). O estudo das representações sociais no Brasil. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis EDUFSC, Edição Especial Temática*.

Santos, S. A . (2003) Ação afirmativa e mérito individual. Negro e a educação. *Identidade Negra. Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil*. Anped e Ação Educativa.

Santos, R. E. dos; Lobato, F. (Orgs), 2003. *Ação Afirmativa – políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 15-57.

Santos, E. F.; Scopinho, R. A. (2011). Fora do jogo? Jovens negros no mercado de trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 63 P.26-37.

Silva, P. B e; Fractal, P. da S. (2012). Representações sociais de estudantes universitários sobre cotas na universidade, Salvador – B. A. *Revista de Psicologia*, v. 24 – n. 3, p. 525-542, Set./Dez.

Silva, T. D.; Silva, J. M., (2014). Nota Técnica do IPEA sobre Reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013. Brasília, Recuperado em 10 de fevereiro, 2014, de:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140211_notatecnico_adisoc17.pdf.pdf> Acesso em: 19 Setembro de 2016

Signorini, H. G.; Borsoi, T. dos S.; Santiago, M. A.; Lino, M. V.; Lima, I. N.; Frederico, R. G. (2008). Problemas da juventude e seus enfrentamentos: um estudo de representações sociais. *Psicologia Social*. vol.20 no.2 Porto Alegre May/Aug.

Soares, S. S. D. (2000). O perfil da discriminação no mercado de trabalho: Homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Brasília: Ipea.

Vala, J. (2007). Representações Sociais e Psicologia Social do Conhecimento Quotidiano. In: Vala, J.; e Monteiro, M. B. (Edits) (2007), *Psicologia Social* (8ª edição). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

Vainfas, R. (1986). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

Wolter, R. P. e Wachelke, J. F. R. (2013). Índices complementares para o estudo de uma representação social a partir de evocações livres: raridade, diversidade e comunidade. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15(2), 119-129.

Wolter, R. P.; Wachelke, J.; Naiff, D. (2016). *A abordagem estrutural das representações sociais e o modelo dos esquemas cognitivos de base: perspectivas teóricas e utilização empírica*. *Temas psicol.* vol.24 no.3. Ribeirão Preto set. 2016

APENDICE A

TERMO DE ASSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SERVIDORES MUNICIPAIS SOBRE A POLITICA DE COTAS RACIAIS PARA INGRESSO NO SETOR PÚBLICO

Convido você a participar desta pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se houver desistência em participar a qualquer momento, isso não lhe causará nenhum prejuízo.

Eu, _____

_____ consinto em participar do estudo proposto.

Estou ciente que: O estudo tem o objetivo de conhecer os aspectos psicossociais que envolvem o fenômeno da representação social da deficiência; A participação neste projeto não tem objetivo de me submeter um tratamento, bem como não me acarretará qualquer ônus pecuniário com relação aos procedimentos avaliativos efetuados com o estudo; Tenho liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação; A desistência não causará nenhum prejuízo a minha saúde ou bem estar físico; Os resultados obtidos neste estudo serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que os meus dados pessoais não sejam mencionados; Estou ciente que minha identidade e dados pessoais não serão divulgados, sendo mantidos em sigilo. Caso eu deseje, posso pessoalmente tomar conhecimento dos resultados, ao final desta pesquisa entrando em contato com as pesquisadoras no endereço referido abaixo da assinatura do pesquisador responsável. Assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Local _____ e _____ Data: _____

Participante _____ da _____ pesquisa: _____

Responsável _____ pelo _____ Projeto: _____

Kleber Luiz Gonzaga (Psicólogo CRP 42679)

Telefone para contato: (21) 964934107 e-mail: kleber_gonzaga@yahoo.com

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO**

Prezado participante, gostaria de convidá-lo a participar de uma pesquisa sobre a Cotas raciais para Concursos públicos. Sua ajuda é muito importante para que possamos conhecer melhor este fenômeno. Não existe resposta certa nem errada. Pedimos somente sua opinião. Obrigado!

Kleber Luiz Gonzaga - Psicólogo

Perfil do entrevistado

Idade:

Gênero: Masculino () Feminino () Outros ()

Raça / Etnia: Preto () Pardo () Indígena () Branco ()

Vínculo com o Serviço público: Estatutário () Contratado Cargo em Comissão, Terceirizado) ()

Secretaria a qual está vinculado :

Grau de escolaridade: Alfabetização () Fundamental () Médio () Superior () Pós Graduado ()

Qual sua renda familiar? Até 1 ____ Até 2 ____ Até 3 ____ Mais de 4 ____

*renda

calculada

em

salários

mínimos.

1) Escreva as 5 primeiras palavras ou expressões que lhes venham à mente quando se fala em **'COTAS RACIAIS PARA CONCURSOS PÚBLICOS'**

1-

2-

3-

4-

5-

2) Agora, organize as palavras ou expressões mencionadas de acordo com sua ordem de importância, sendo 1 para a mais importante e 5 para a menos importante na sua opinião:

1-

2-

3-

4-

5-

Agora, gostaria de saber, em sua opinião as cotas para concursos Públicos para Negros, Pardos e Indígenas são necessárias? Por que?

R: